

4.1 Edifício MARA

Proprietários: Horácio de Mello, Aurélio Caires, Joaquim da Rocha e Aristides de Camargo.

Arquiteto: Eduardo Kneese de Mello

Fiscalização: Eduardo Kneese de Mello

Construção: Monteiro & Heinsfurter Ltda.

Ano: 1942 (projeto e construção)

Endereço: Rua Brigadeiro Tobias, 247, Luz, Centro – São Paulo, SP.

Referências: Acrópole, nº. 81-82, p. 282-283, 1945.

L'architecture d'aujourd'hui – Brésil, nº. 42-43, s/p, 1952.

REGINO, Aline Nasralla. **COM ENTUSIASMO. A vida e obra de Eduardo Kneese de Mello.** São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Trabalho final de graduação, 2002.

REGINO, Aline Nassaralla; SANTOS, Ademir Pereira dos; et. al. **Arquitetura atribuição do arquiteto.** São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (organização). **A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna, 1930 – 1964.** São Carlos: RiMa Editora, 2002.

SILVA, Elaine Pereira da. **Eduardo Kneese de Mello e o Edifício Japurá.** São Carlos: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos – departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado, 2003.

THOMAZ, Dalva. **Eduardo Kneese de Mello – documento.** Revista AU. São Paulo: nº45, dezembro 1992 / janeiro 1993, p. 80-88.



Figura 235: Mapa de localização, sem escala.

Fonte: GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo), 1973.

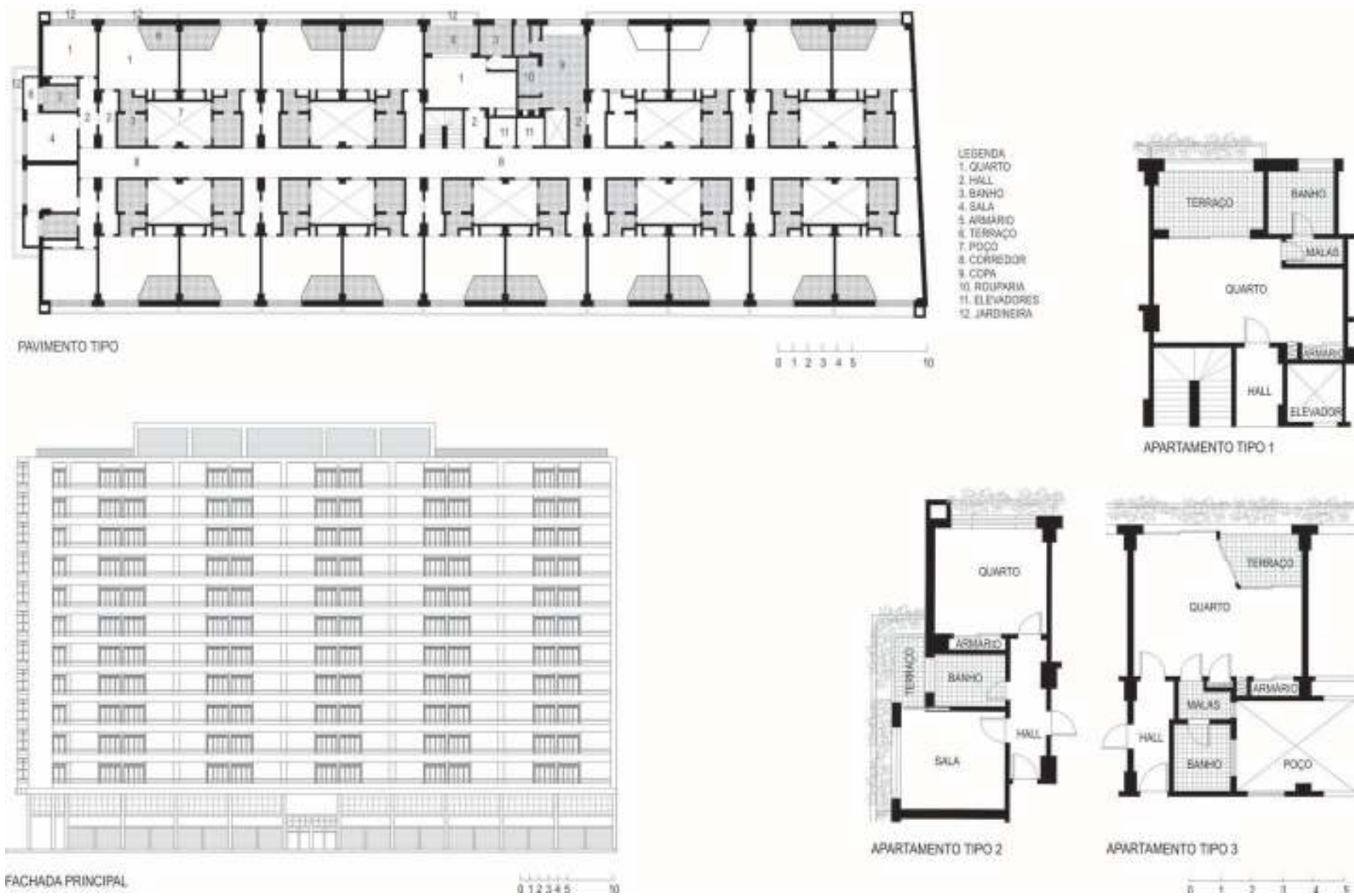


Figura 236: Projeto do edifício MARA, 1942.
 Fonte: Acrópole, 1945, n.º 81-82, p. 283.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

O edifício MARA projetado por Eduardo Kneese de Mello, o primeiro com linhas arquitetônicas modernas, localiza-se no bairro da Luz, próximo à estação de mesmo nome e ao Anhangabaú, no centro da cidade de São Paulo. O terreno em que está implantado, na esquina das ruas Brigadeiro Tobias e Coronel Batista Luz, não apresenta grandes variações topográficas e possui medidas generosas, aproximadamente cinquenta metros de frente e vinte metros na lateral.

De acordo com o projeto original, o edifício constituía-se de onze pavimentos tipo, térreo, sobreloja, casa de máquinas no último pavimento. Segundo artigo publicado na revista Acrópole (nº. 81-82, p. 282-283, 1945), foi aprovado para ser um hotel, com 224 apartamentos e restaurante no último andar. A aprovação como hotel era uma forma de burlar a rígida legislação da época, o Código de Obras Arthur Saboya. Era um recurso utilizado para aprovar os banheiros que não possuíam aberturas para as fachadas, o que só era permitido para hotéis. Anos mais tarde, esse mesmo recurso foi utilizado em outros projetos, como no Edifício Montreal² (1951) do arquiteto Oscar Niemeyer, localizado no entroncamento das avenidas Ipiranga e Cásper Libero (figuras 244 e 245).

O edifício foi construído no alinhamento do terreno, ocupando todo o lote, como um grande bloco maciço sem recortes em sua volumetria principal, voltado para a rua Brigadeiro Tobias. Essa volumetria robusta se dilui através do uso de pilotis no pavimento térreo, onde se encontram as lojas e a entrada do edifício. Como forma de dividir as funções do edifício, residencial e comercial, o arquiteto projetou uma marquise que

² Segundo Carlos Lemos (2005, p. 161): “Espertamente, o BNI [Banco Nacional Imobiliário] pediu a Oscar um projeto de condomínio com banheiros ventilados artificialmente, o que o Código de Obras proibia terminantemente, e apresentaram à aprovação os planos do Edifício Montreal como se ele fosse um hotel, único programa onde a lei permitia sanitários sem janelas para fora”.



Figura 237: Croqui edifício.

Fonte: THOMAZ, 1992/ 1993, p. 82.

cobre parte do passeio público. A presença de dois usos é um ponto significativo, uma vez que o edifício encontra-se implantado nas proximidades do centro da cidade.

O pavimento tipo, conforme planta publicada, era constituído por 21 apartamentos. As unidades eram acessadas através de dois elevadores sociais e uma escada. O pavimento tipo continha, ainda, copa, rouparia e banheiro. Estes serviços estavam localizados junto aos elevadores, sendo exclusivamente acessados pelo de serviço.

Os apartamentos (quitinetes) têm uma planta muito simples, com aproximadamente 35 m², contendo quarto – sala, banheiro, armário embutido, guarda-malas, toucador, terraço e jardineira. A ventilação e iluminação natural dos banheiros dessas unidades e do corredor central aconteciam através dos nove poços de iluminação e ventilação projetados e distribuídos ao longo do corredor. Os apartamentos localizados na fachada lateral, voltada para a rua Coronel Batista Luz, eram maiores, possuíam quarto, sala, banheiro, armário embutido, balcão e jardineiras, com área, por volta, de 40 m². Os banheiros dessas unidades possuíam abertura para a fachada, conforme era exigido pela legislação.

Dalva Thomaz, em artigo publicado na revista AU Arquitetura e Urbanismo, relatou que “a obra respeita a legislação que exige a construção de abrigo antiaéreo no subsolo” (THOMAZ, 1992-1993, p. 82).

No último pavimento, estava previsto em projeto um restaurante, em uma construção recuada em todos os lados, criando uma espécie de terraço-jardim, um mirante, ao seu redor. A volumetria desse pavimento era muito simples, um grande retângulo suspenso por pilares vedado em sua totalidade por esquadrias de vidro. Assim os freqüentadores poderiam admirar a vista do centro de São Paulo.

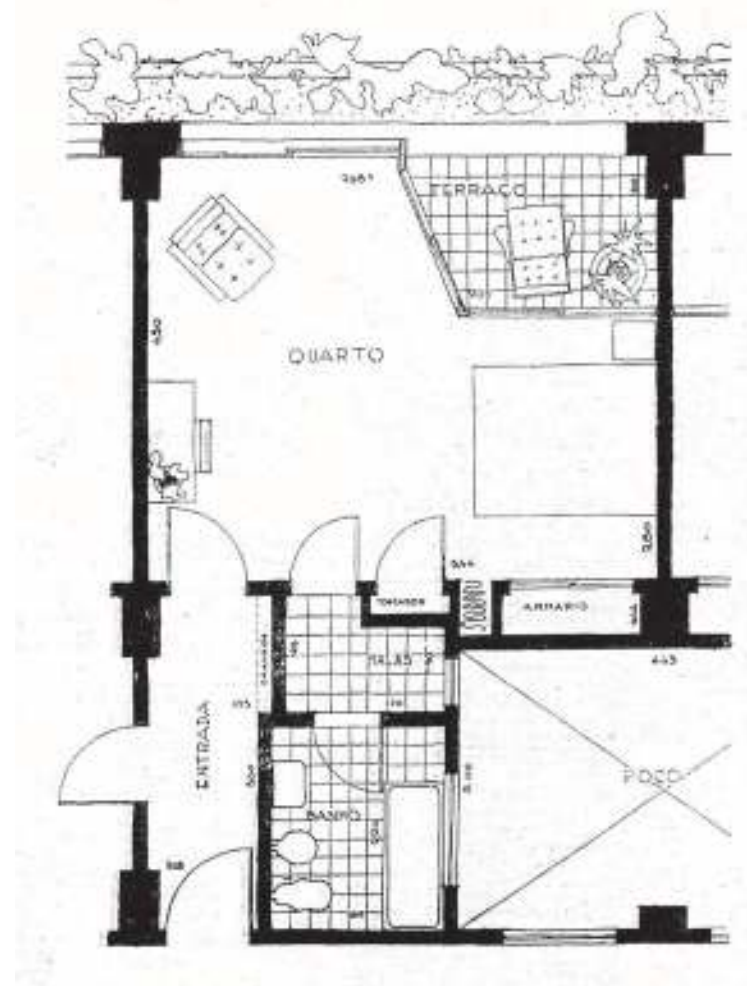


Figura 238: Planta de um dos apartamentos tipo, desenhada pelo arquiteto.
Fonte: Acrópole, 1945, nº. 81-82, p. 283.

As linhas horizontais eram as mais acentuadas neste projeto, especialmente na fachada principal, voltada para rua Brigadeiro Tobias. Essa horizontalidade era definida pela presença das jardineiras em toda a sua extensão e pela marquise que separava os usos do edifício, recortando-o em dois. Não existiam volumes, recortes ou saliências nessa fachada. Tinha-se a impressão de que o edifício se alongava. O desenho dos pilares, recuados com relação às jardineiras, complementavam o desenho da fachada principal, porém não se destacavam. A fachada lateral, voltada para rua Coronel Batista Luz, em oposição ao que acontecia na fachada principal, apresentava volumes salientes, os balcões e jardineiras, responsáveis por sua volumetria marcadamente vertical, onde se notava a verticalidade do edifício. Ambas as fachadas eram revestidas por pastilhas cerâmicas na cor bege claro.

No topo, o último pavimento era marcado por linhas horizontais compostas por uma densa faixa revestida de pastilha que coroava o espaço do restaurante e um guarda-corpo vazado. Finalizando o desenho do edifício, encontravam-se, ainda, acima deste pavimento, a casa de máquinas e caixa d'água, em um volume retangular, sem muita expressividade.

Por ser o primeiro projeto do arquiteto Eduardo Kneese de Mello ligado ao Movimento Moderno nota-se a preocupação na utilização de elementos fundamentais que compunham o repertório deste movimento. Foram utilizados alguns dos cinco pontos da *nova arquitetura* difundidos por Le Corbusier, tais como os pilotis, as janelas horizontais e o terraço-jardim.

Com relação aos princípios do Movimento Moderno, apesar de ainda incipiente, Kneese começou a demonstrar certa preocupação com a coletividade, sua habitação e, conseqüentemente, com a função social do arquiteto ao abordar, pela primeira vez, o

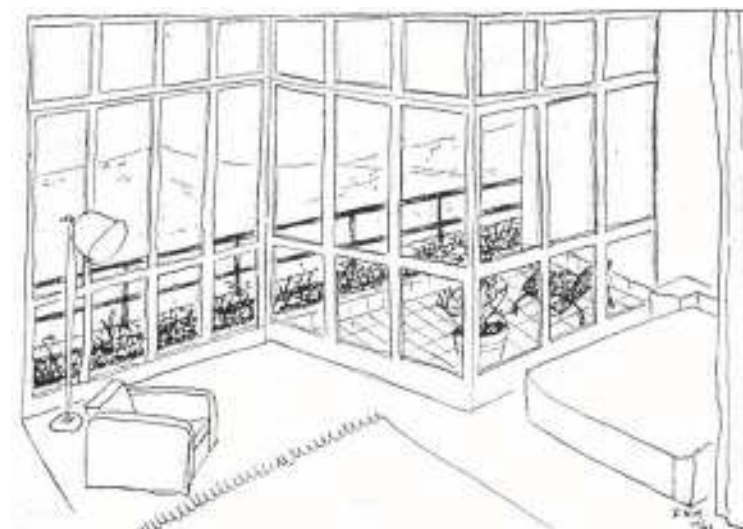


Figura 239: Perspectiva interna do apartamento tipo, desenhada pelo arquiteto.
Fonte: Acrópole, 1945, nº. 81-82, p. 283.



Figura 240: Maquete do edifício.
Fonte: acervo FAU USP.



Figura 241: Vista da fachada principal onde nota-se a presença dos terraços e jardineiras.
Fonte: THOMAZ, 1992/ 1993, p. 82.



Figura 242: Edifício MARA recém construído.
Fonte: L'architecture d'aujourd'hui – Brésil, 1952, n°. 42-43, s/p.



Figura 243: Detalhe fachada principal composta, em toda sua extensão, por jardineiras.
Fonte: L'architecture d'aujourd'hui – Brésil, 1952, n°. 42-43, s/p.

tema da habitação mínima, das quitinetes. A noção de habitação desenvolvida por ele começou a ser delineada e demonstrada arquitetonicamente, através da utilização do pavimento térreo por pequenos comércios e serviços destinados ao uso dos moradores e transeuntes. O único equipamento coletivo previsto neste projeto foi o restaurante na cobertura do edifício e a área de lazer ao redor do mesmo.

A importância deste edifício está, justamente, no fato de ter sido o primeiro projeto de Eduardo Kneese de Mello vinculado à estética e aos princípios da Arquitetura Moderna. Foi o verdadeiro divisor entre as duas fases da trajetória profissional do arquiteto. Este foi o momento em que ele repensou sua carreira, abandonando e repudiando toda sua produção anterior, de residências ecléticas. Optou por ser um profissional preocupado com o alcance social de sua obra arquitetônica, engajado na defesa e divulgação dos ideais e estética da verdadeira arquitetura, aquela que *refletisse* o seu tempo, a arquitetura contemporânea de cada época.



Figura 244: Edifício Montreal, 1951. Arquiteto Oscar Niemeyer. Fonte: SAMPAIO, 2002, p.173.

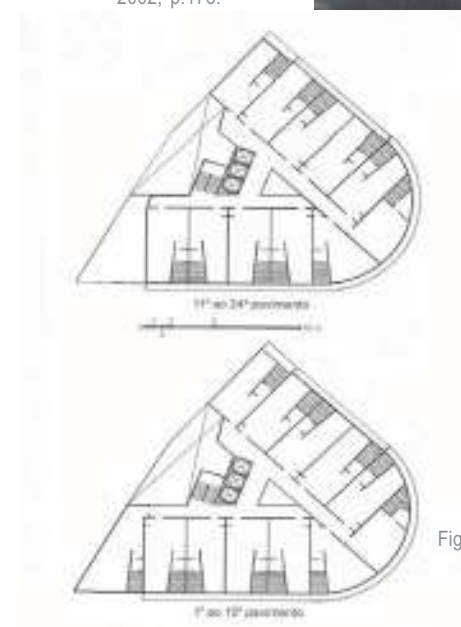


Figura 245: Plantas do edifício Montreal, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer (1951). Fonte: SAMPAIO, 2002, p.71.

4.2 Conjunto Residencial IAPC – Cidade Jardim

Proprietário:	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC)
Arquiteto:	Eduardo Kneese de Mello
Colaboradores:	arquiteto Hélio Duarte (projeto dos conjuntos hospitalar e de ensino) arquiteto Roberto Burle Marx (paisagismo) engenheiro Meinberg (concreto armado) engenheiro V. Conceição Gomes (orçamentos, especificações e materiais) engenheiro Carlos Coutinho (instalações hidráulicas) escritório técnico Otavio Marcondes Ferraz (instalações elétricas) engenheiro Luis Carlos Berrini (arruamentos) José Zanine Caldas (maquete)
Ano:	1944 (projeto)
Endereço:	Avenida Cidade Jardim, Cidade Jardim – São Paulo, SP.
Referências:	KNEESE DE MELLO, Eduardo. IAPC. Delegacia de São Paulo. Conjunto Residencial Cidade Jardim. Anteprojeto II. Arquiteto Eduardo Kneese de Mello. São Paulo: 1945. Acervo RAMLF. Arquitetura Contemporânea no Brasil, n.º 1, s/p, 1947. Acrópole, n.º 107, p. 273-284, 1947. The Architectural Forum (Magazine Building), vol. 87, n.º 5, 1947. L'architecture d'aujourd'hui – Brésil, n.º 42-43, s/p, 1952. Acrópole, n.º 184, p. 183, 1954. BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.



Figura 246: Mapa de localização do terreno, sem escala.
Fonte: acervo RAMLF.

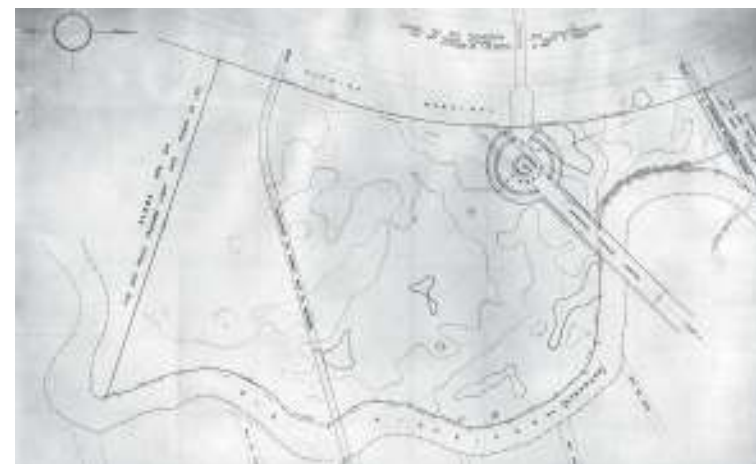


Figura 247: Planta de situação do terreno.
Fonte: acervo RAMLF.

REGINO, Aline Nasralla. **COM ENTUSIASMO. A vida e obra de Eduardo Kneese de Mello.** São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Trabalho final de graduação, 2002.

REGINO, Aline Nassaralla; SANTOS, Ademir Pereira dos; et. al. **Arquitetura atribuição do arquiteto.** São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005.

RUBANO, Lizete Maria. **Cultura de projeto: um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2001. 2 v.

SANTOS, Lena Coelho. **Arquitetura Paulista em torno de 1930 – 1940.** São Paulo: FAU USP. Dissertação de mestrado, 1985.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, Elaine Pereira da. **Eduardo Kneese de Mello e o Edifício Japurá.** São Carlos: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos – departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado, 2003.

THOMAZ, Dalva. **Eduardo Kneese de Mello – documento.** Revista AU. São Paulo: n°45, dezembro 1992 / janeiro 1993, p. 80-88.

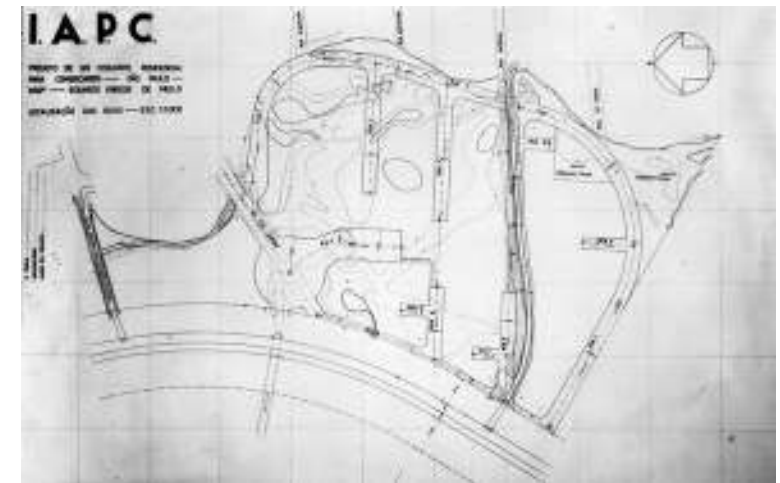


Figura 248: Planta de localização das ruas.
Fonte: acervo RAMLF.

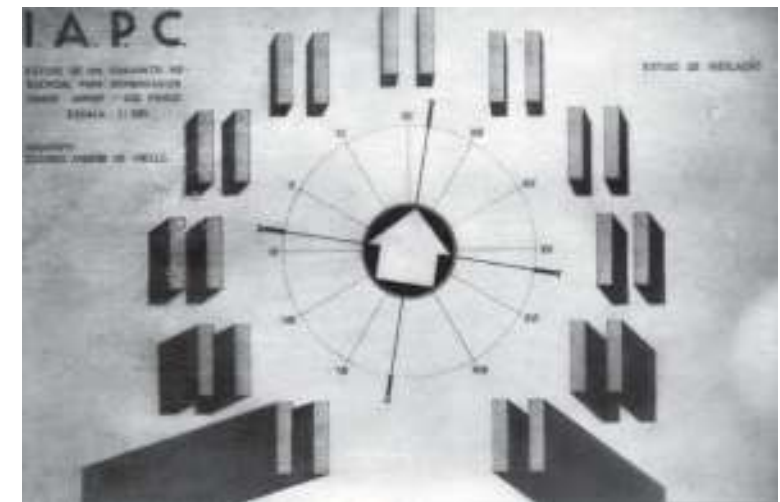


Figura 249: Estudo de insolação.
Fonte: acervo RAMLF.



Figura 250: Implantação do projeto.
 Fonte: acervo RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

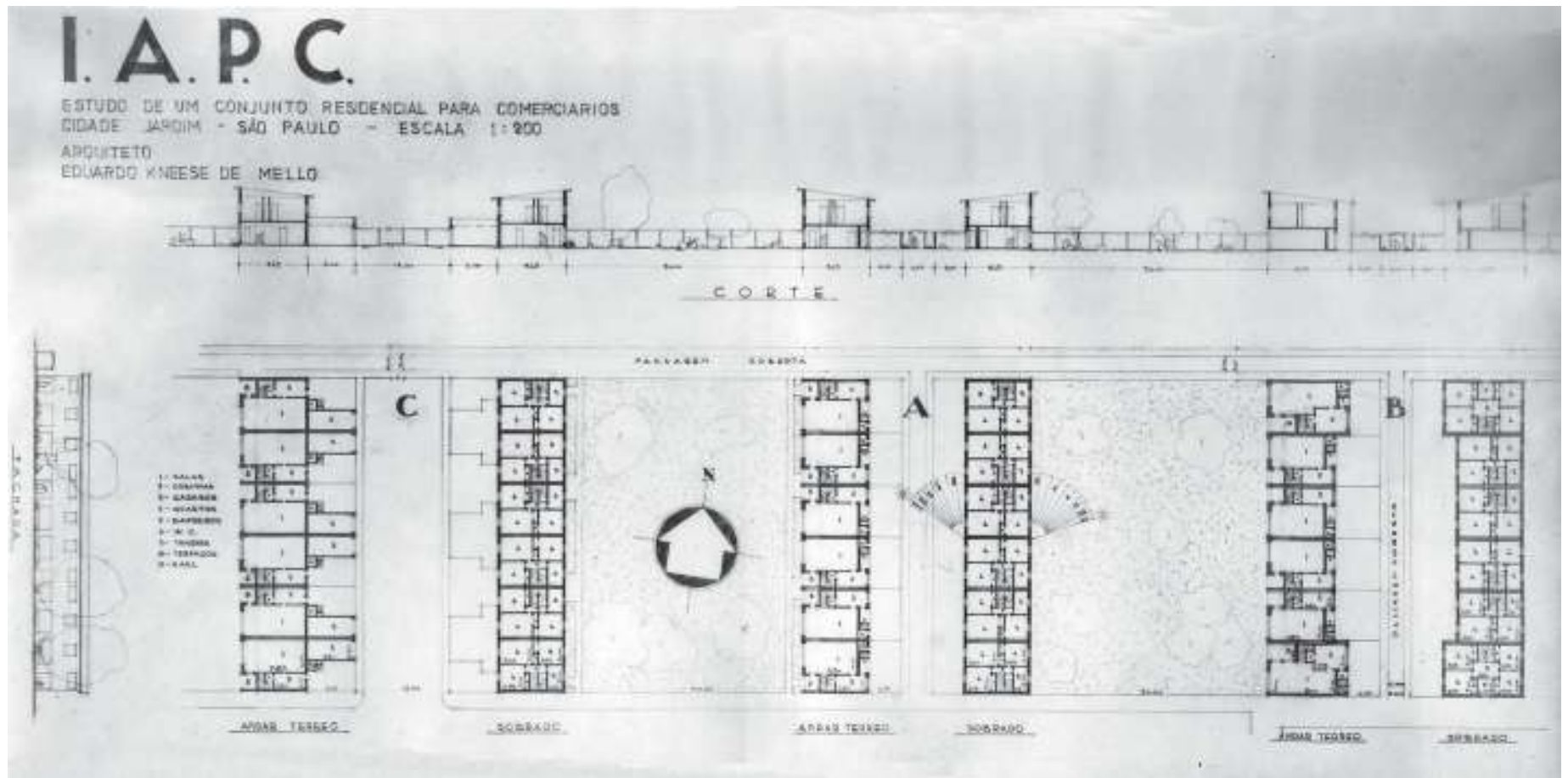


Figura 251: Estudo para implantação das residências geminadas.
 Fonte: acervo RALMF.

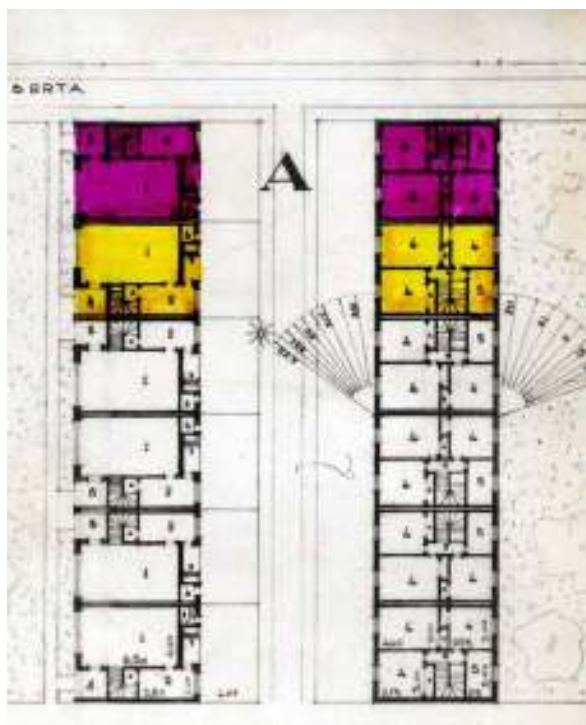


Figura 252: Detalhe das plantas das residências tipo A.
 Legenda: 1. sala, 2. cozinha, 4. dormitório, 5. banheiro, 6. wc empregada, 7. área serviço, 8. terraço.
 Fonte: acervo RALMF.

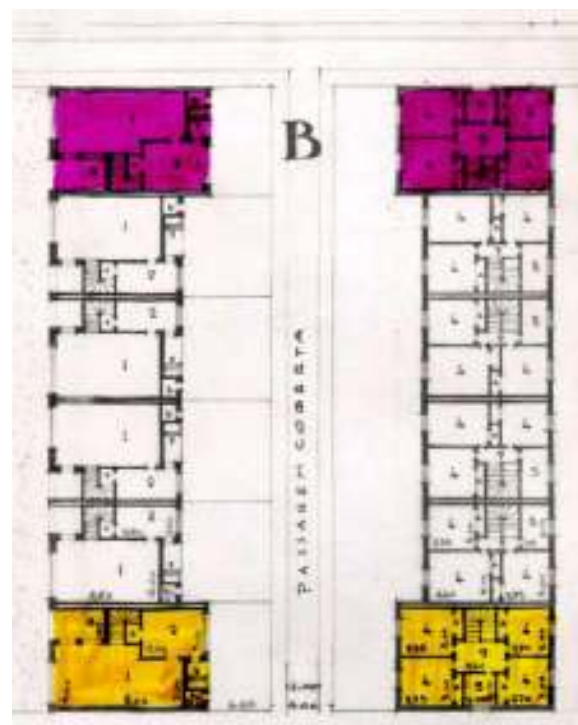


Figura 253: Detalhe das plantas das residências tipo B.
 Legenda: 1. sala, 2. cozinha, 4. dormitório, 5. banheiro, 6. wc empregada, 7. área serviço, 8. terraço, 9. hall escada.
 Fonte: acervo RALMF.



Figura 254: Detalhe das plantas das residências tipo C.
 Legenda: 1. sala, 2. cozinha, 3. garagem, 4. dormitório, 5. banheiro, 6. wc empregada, 7. área serviço, 8. terraço.
 Fonte: acervo RALMF.

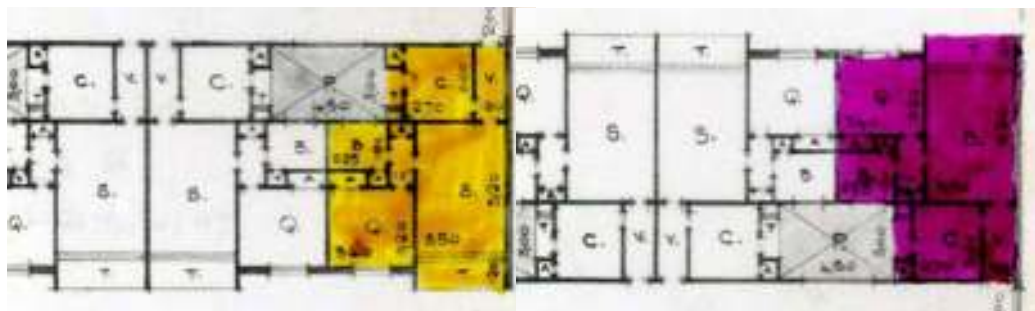


Figura 255: Detalhe das plantas dos apartamentos do edifício tipo D1.
 Fonte: acervo RALMF.

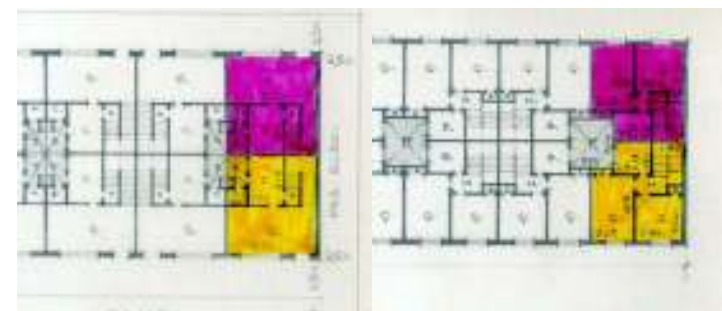
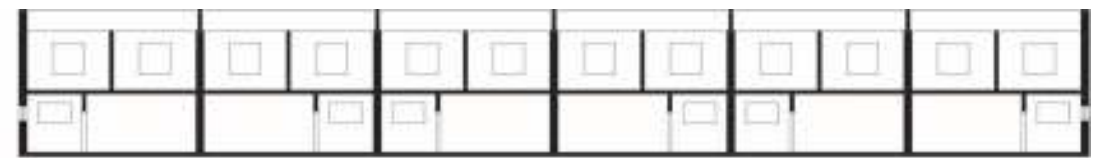
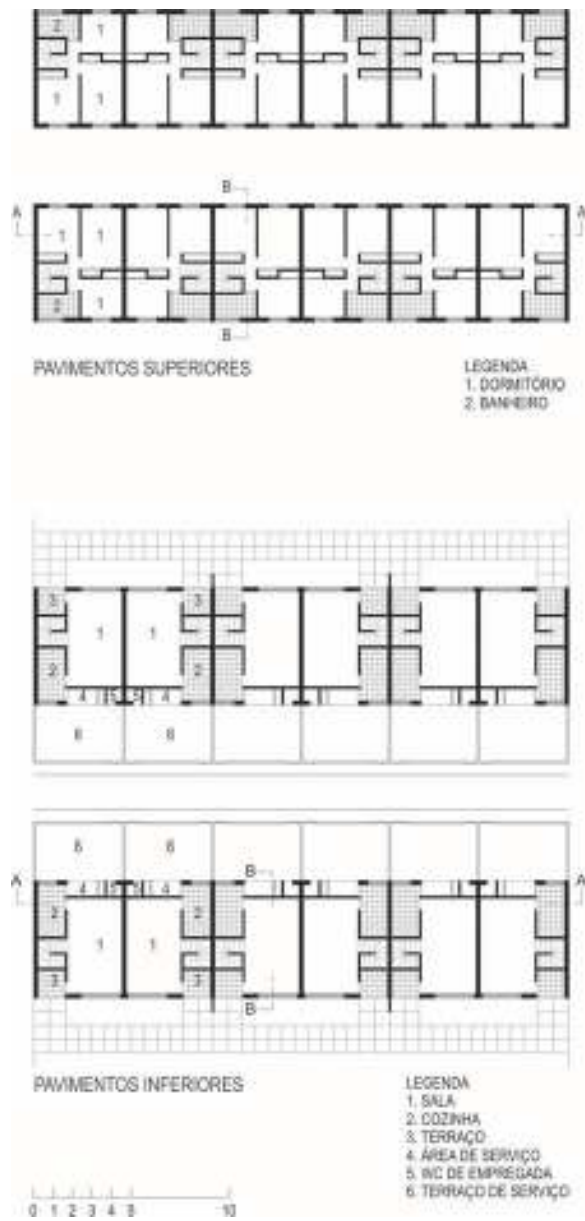
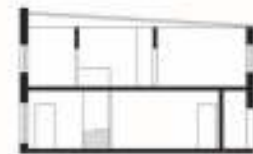


Figura 256: Detalhe das plantas dos apartamentos duplex do edifício tipo I.
 Fonte: acervo RALMF.



CORTE AA



CORTE BB



FACHADA NORTE/SUL



FACHADA LESTE/OESTE



FACHADA LESTE/OESTE



Figura 257: Projeto das residências tipo A.
Fonte: Acrópole, 1947, n.º. 107, p. 277.
Redesenho: Evie Cristine Meyer.

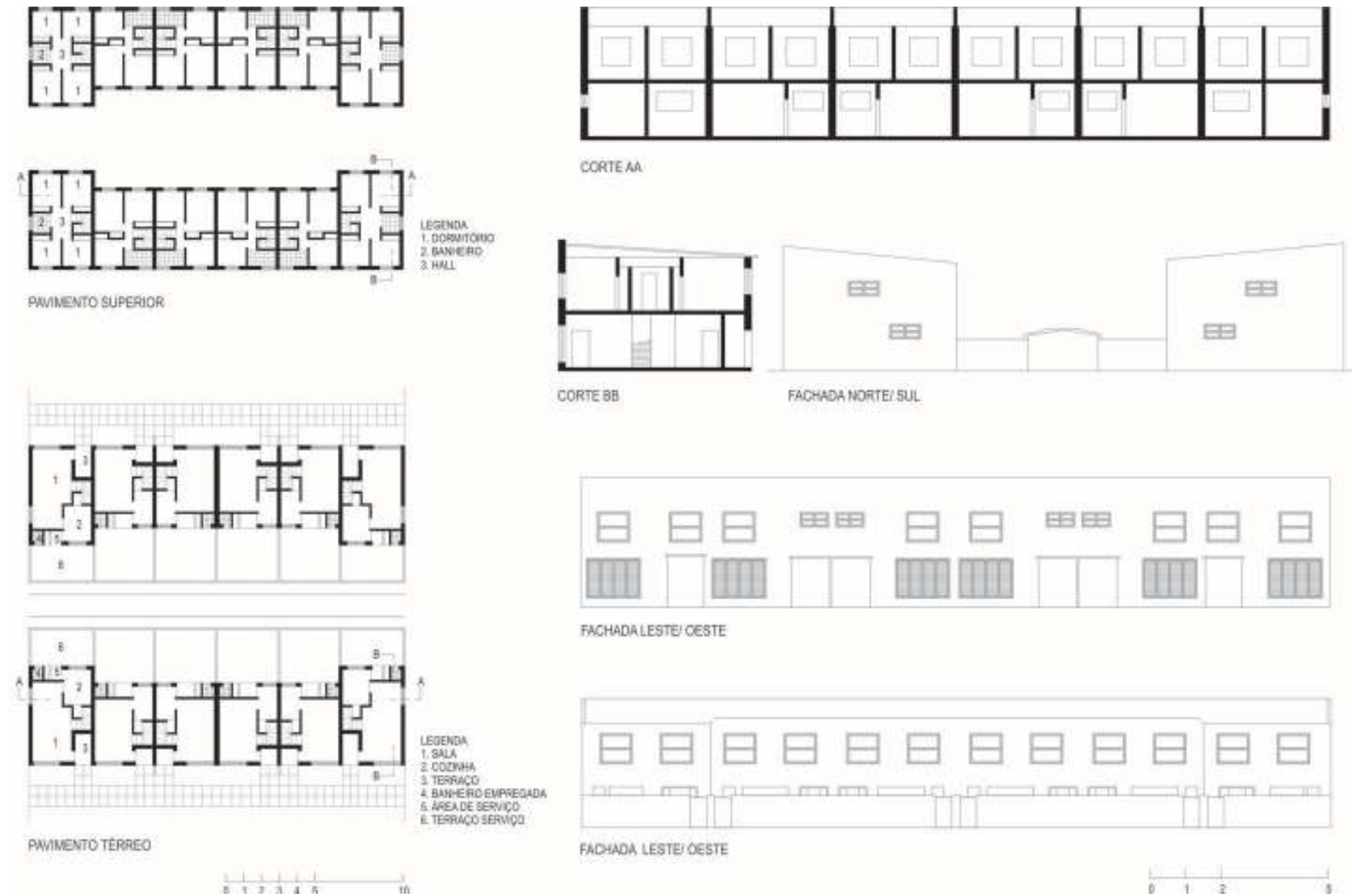


Figura 258: Projeto das residências tipo B.
 Fonte: Acrópole, 1947, n.º. 107, p. 278.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

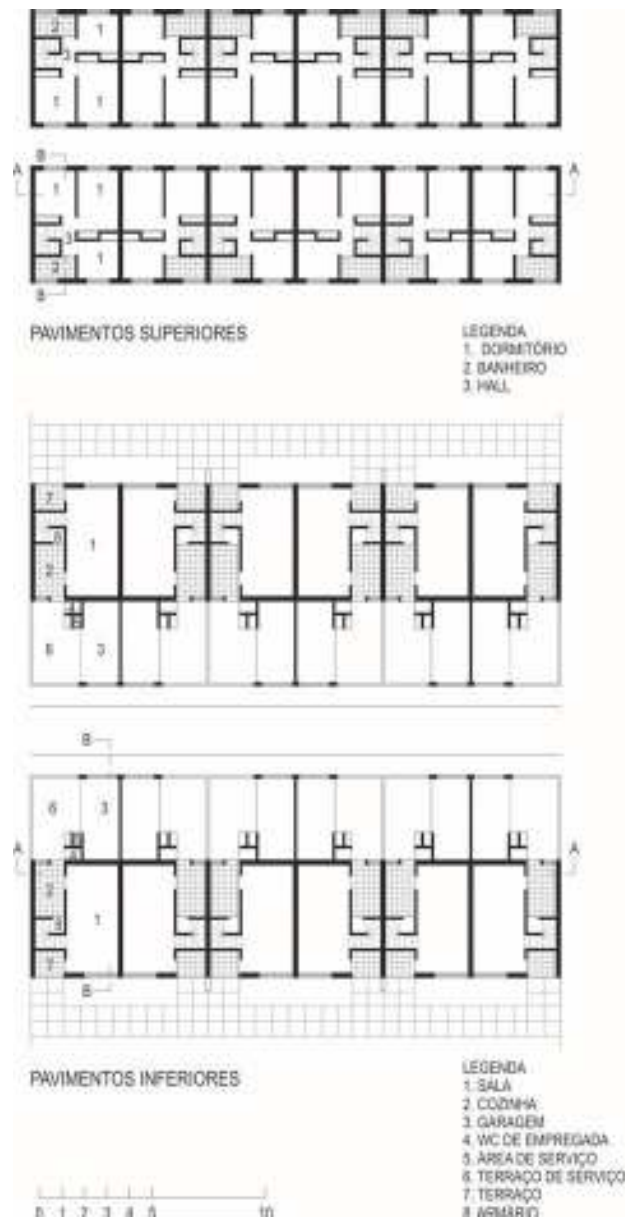
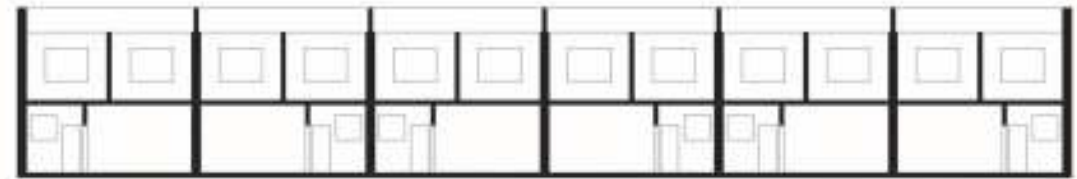
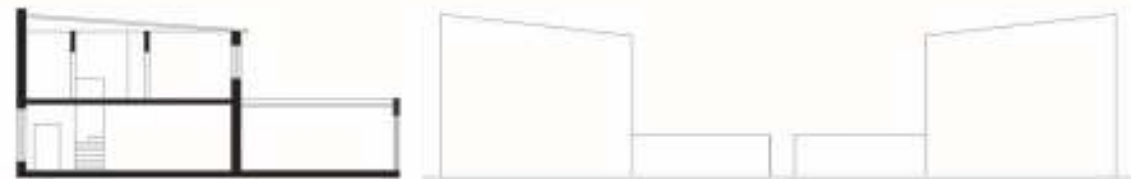


Figura 259: Projeto das residências tipo C.
 Fonte: Acrópole, 1947, n.º. 107, p. 279.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.



CORTE AA



CORTE BB

FACHADA NORTE/SUL



FACHADA LESTE/OESTE



FACHADA LESTE/OESTE



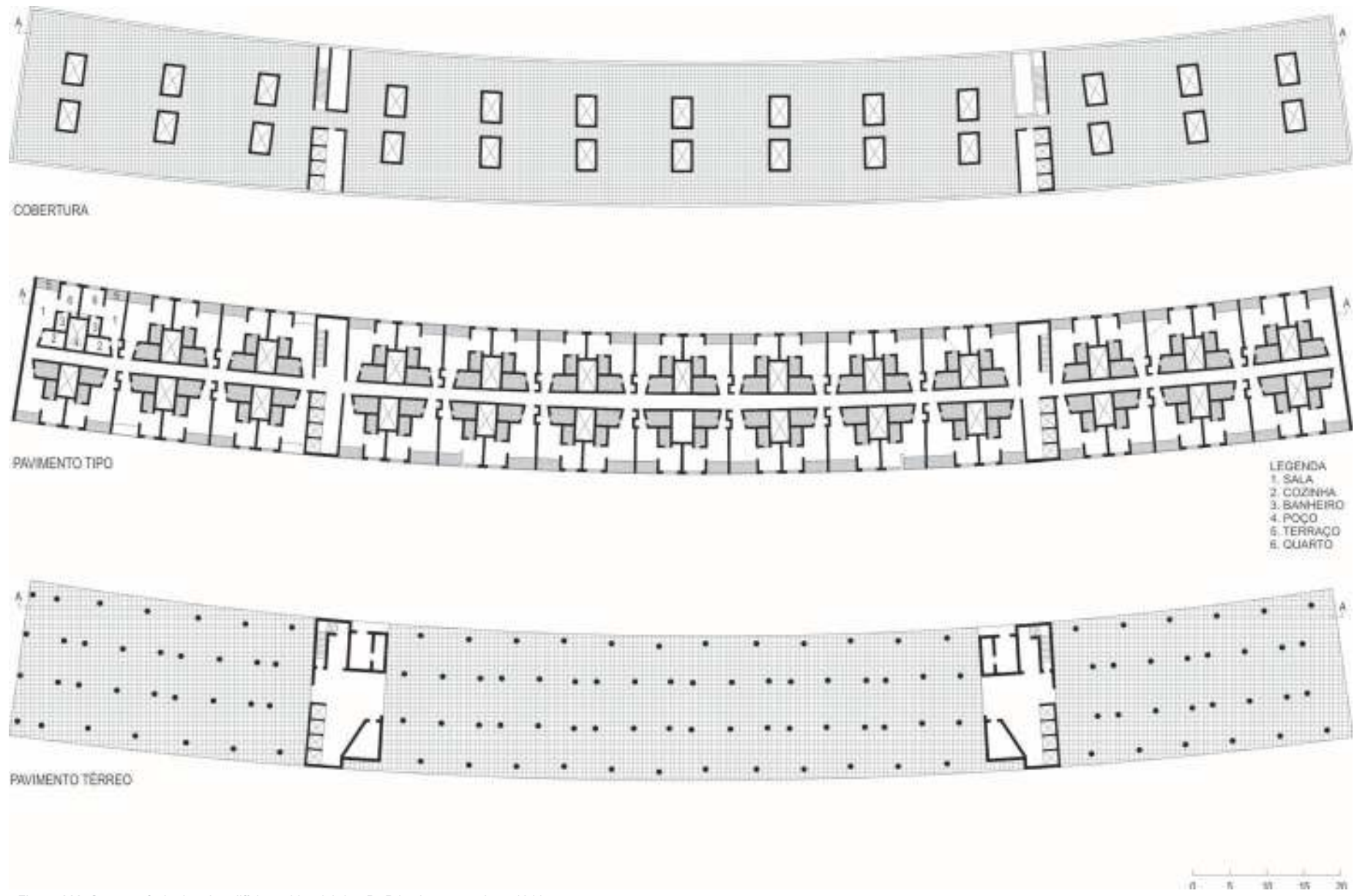


Figura 260: Cortes e fachadas do edifício residencial tipo D. Primeiro anteprojeto, 1944 e opção final.
 Fonte: acervo RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

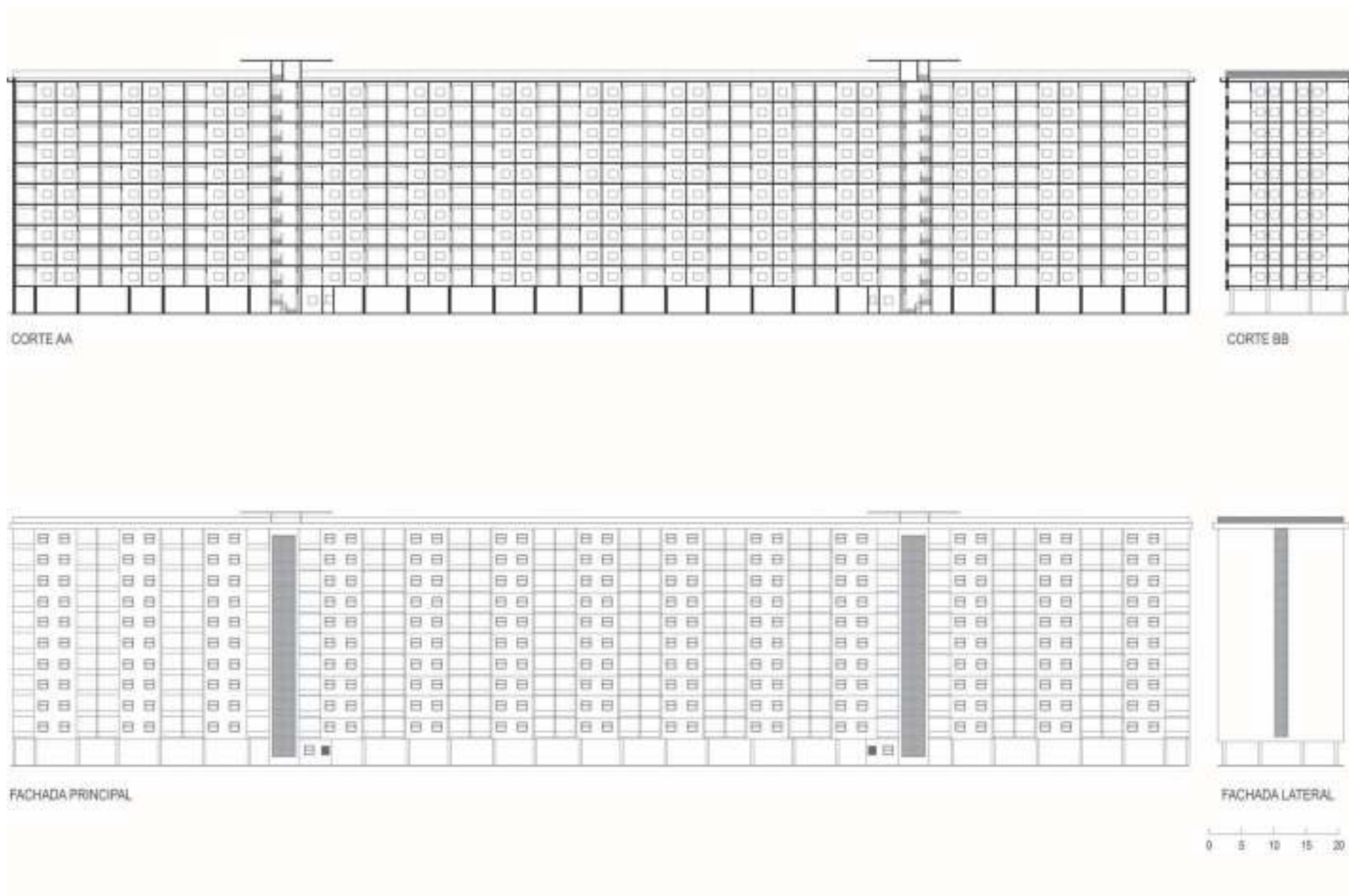


Figura 261: Plantas do edifício residencial tipo D. Primeiro anteprojeto, 1944 e opção final.
 Fonte: Acrópole, 1947, n.º. 107, p. 280.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

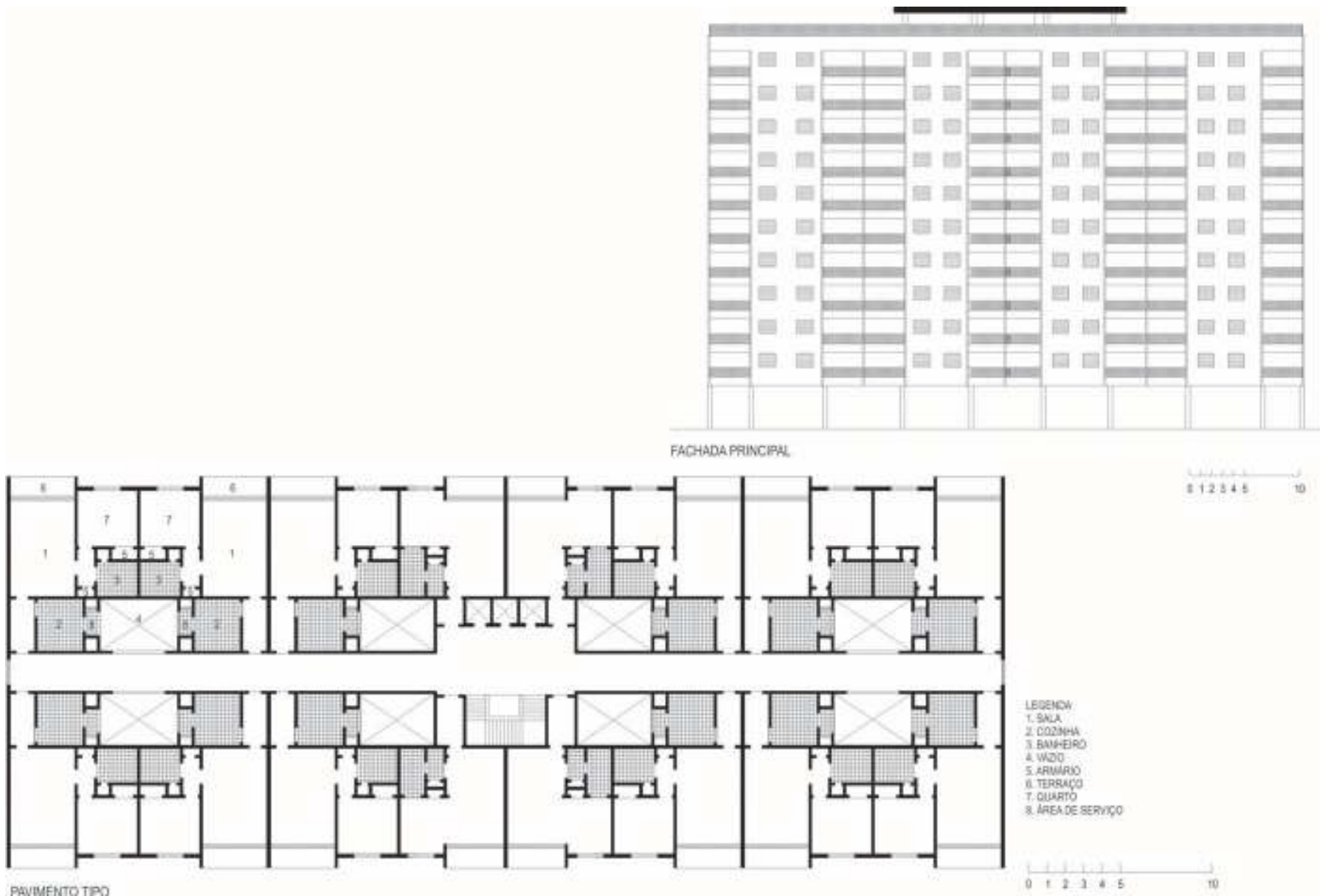


Figura 262: Projeto do edifício residencial tipo D1. Segundo anteprojeto, 1945.
 Fonte: acervo RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

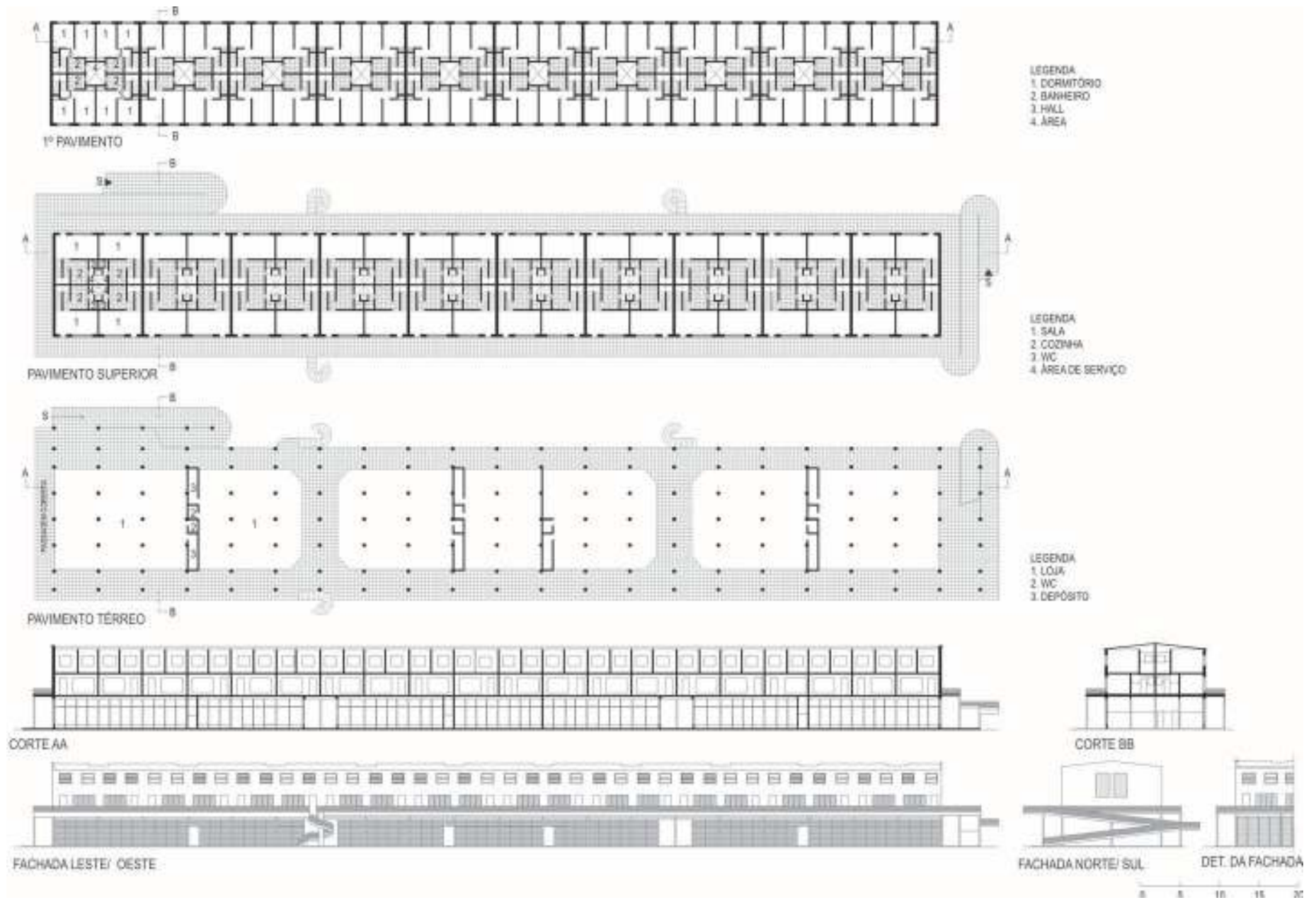


Figura 263: Projeto do edifício comercial (tipo E) e residencial com apartamentos duplex (tipo I).
 Fonte: acervo RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

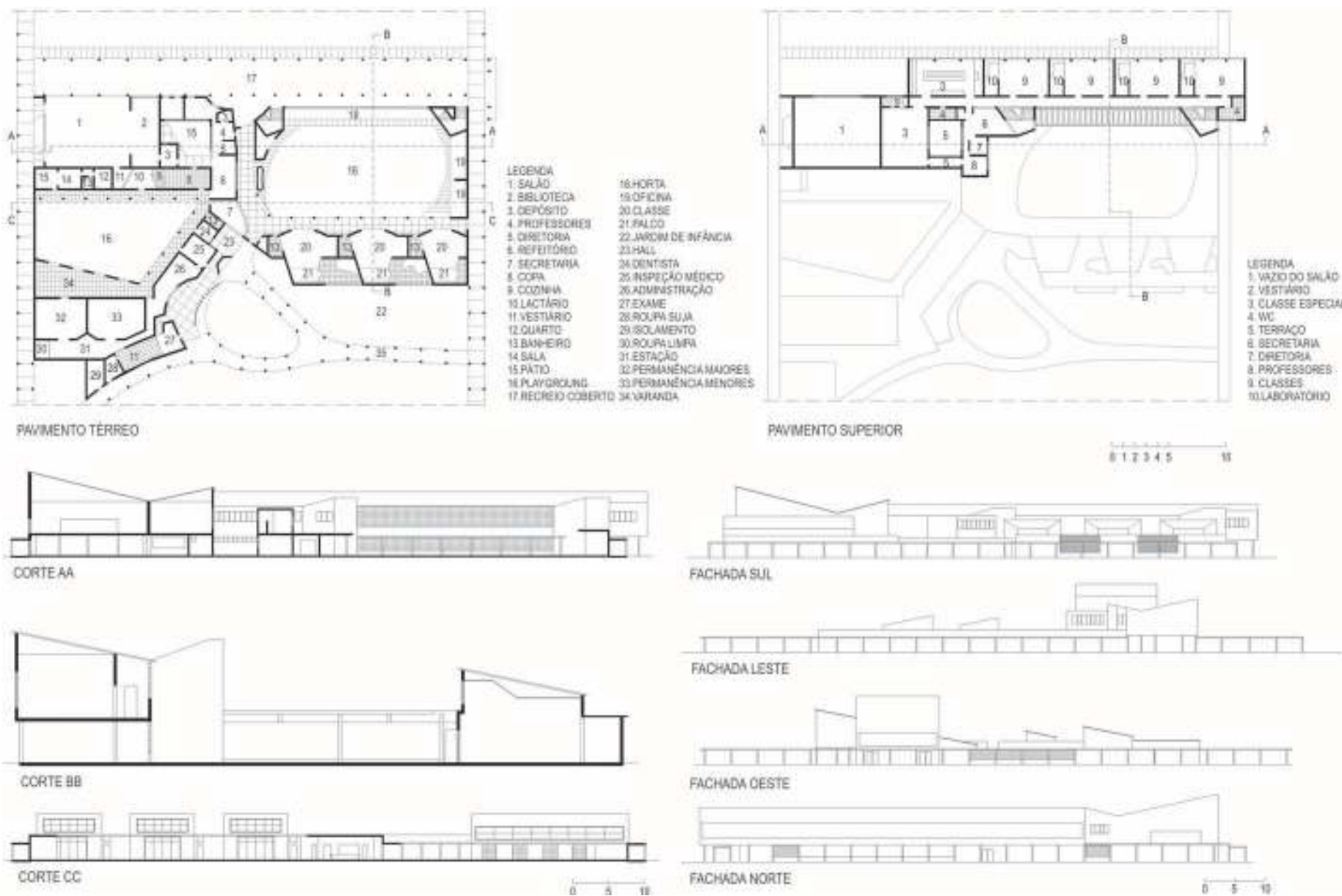


Figura 264: Projeto da creche, jardim da infância, primário e grupo social – tipo F.
 Fonte: Acrópole, 1947, nº. 107, p. 282 e 283.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.



Figura 265: Projeto do edifício hospitalar e de serviços sociais – tipo G.
 Fonte: Acrópole, 1947, n.º 107, p. 284.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

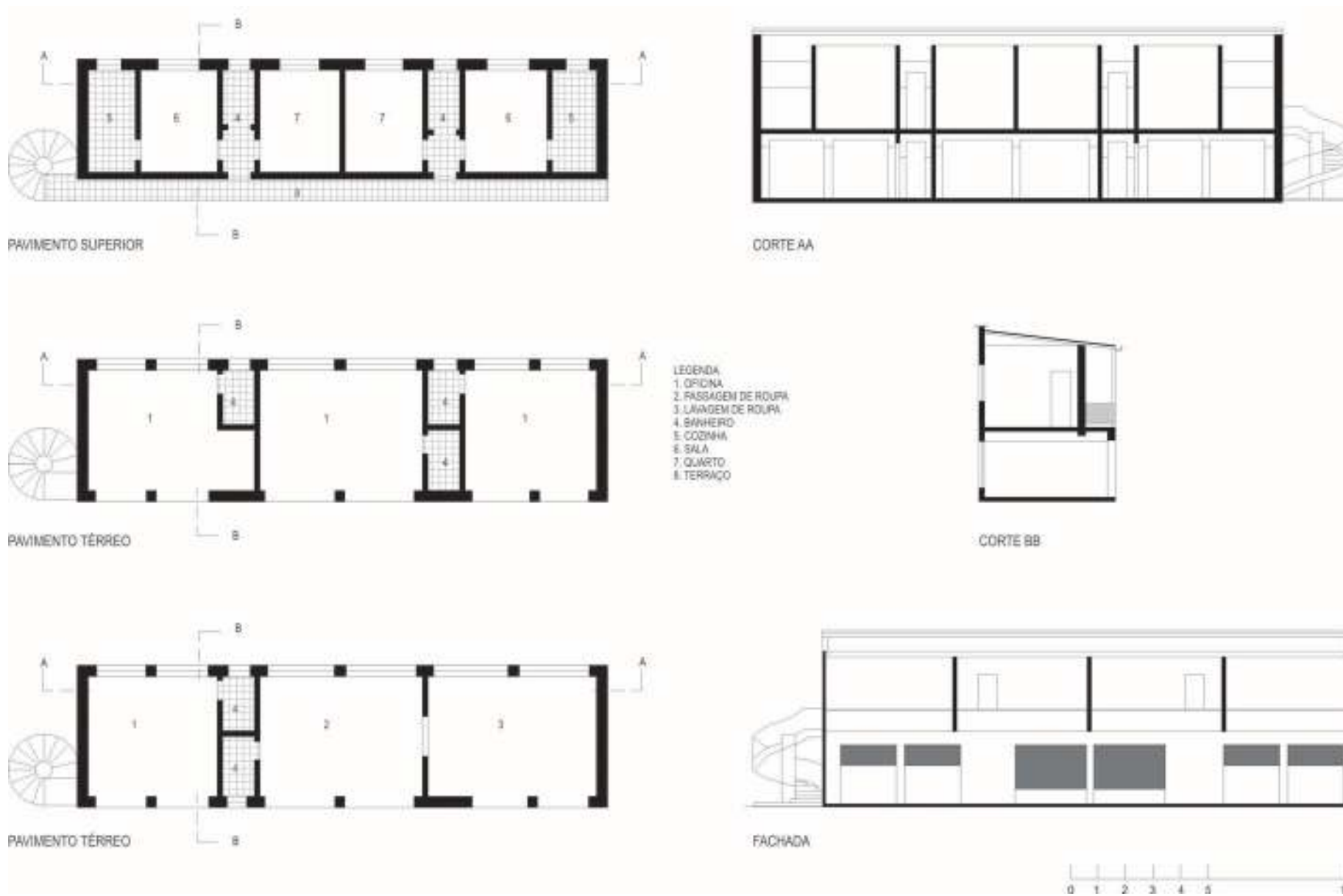


Figura 266: Projeto das oficinas de serviços – tipo J.
 Fonte: RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

O terreno em que o Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Comerciantes pretendia construir o conjunto residencial cujo projeto foi designado ao arquiteto Eduardo Kneese de Mello, estava situado à margem direita do Rio Pinheiros, parte à direita e parte à esquerda da avenida Cidade Jardim. Sua área, conforme planta de localização (figuras 248 e 267) obtida no anteprojeto, era de 240.000 m² aproximadamente. Observa-se, ainda, na planta de localização que o terreno era circundado, em todo seu perímetro, pelos dois leitos do rio Pinheiros: o antigo aterrado e o novo retificado.

A maior parte do terreno estava localizada à esquerda da avenida Cidade Jardim, no sentido centro – bairro, sendo a topografia regular, não alcançando dois metros o desnível entre o ponto mais baixo e o mais elevado. O terreno era cortado por dois pequenos riachos canalizados. O primeiro, denominado *córrego Sujo* ou *Matadouro*, cortava em dois a parte maior, isto é, à esquerda da Avenida Cidade Jardim. O segundo, *córrego Iguatemy*, estava situado em uma das divisas, na parte que estava no outro lado da avenida.

No memorial descritivo do segundo anteprojeto, o arquiteto observou a falta de construções nessa parte da cidade e destacou:

A faixa de terra existente entre a Rua Iguatemy e o Rio Pinheiros, só agora, depois de retificado o Rio Pinheiros, está se desenvolvendo. Na Avenida Cidade Jardim, Rua Iguatemy, e suas adjacências há algumas residências finas que caracterizam a tendência de tornar-se esse bairro exclusivamente residencial. Da Rua Iguatemy para cima sucedem-se bairros residenciais finos de São Paulo: Jardim Europa, Rebouças, Jardim Paulistano e Paulista, Jardim América, etc. Deve-se admitir, pois, pelo exposto que o terreno do IAPC estará, dentro em breve, situado dentro de um grande e fino bairro residencial. (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).



Figura 267: Implantação do IAPC Cidade Jardim.
Fonte: acervo RALMF.

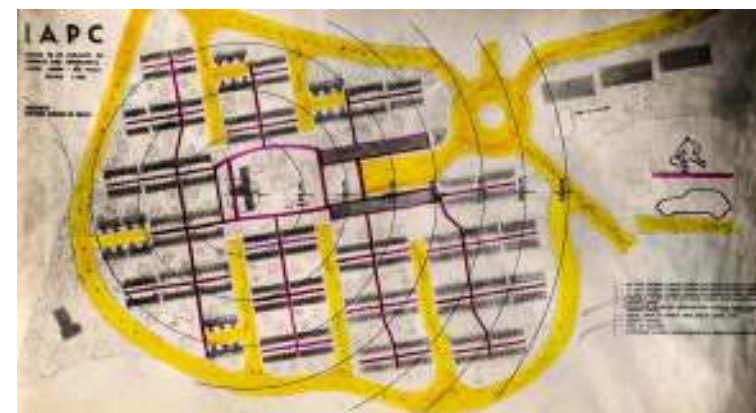


Figura 268: Estudo de tráfego, onde se observa a separação das vias de pedestres (carmin) e automóveis (amarelo).
Fonte: acervo RALMF.

Após a avaliação das características do terreno e de seu entorno o arquiteto iniciou os estudos do projeto através da análise do tipo de família que deveria morar nesse bairro, podendo, dessa forma, definir as tipologias das habitações que seriam por ele projetadas. As residências iriam se destinar a comerciários, isto é, “*classe de recursos financeiros modesto porém de nível cultural e social relativamente bom*” (ACRÓPOLE, nº. 107, p. 273). Conforme informações prestadas pelo Sr. Nelson Fernandes, presidente do IAPC, a residências deveriam “*fornecer o máximo de conforto aos seus moradores num mínimo de área construída e deverão atender às exigências modernas de planejamento*” (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

Kneese de Mello procurou fazer o projeto baseando-se nas diretrizes traçadas pelo arquiteto Francisco Kosuta, diretor da seção de Engenharia da Delegacia de São Paulo do IAPC. As diretrizes a serem seguidas eram as seguintes:

- a. o projeto deverá conduzir à realização de um conjunto residencial em moldes sociais modernos, articulados na disposição urbanística e composição arquitetônica, de acordo com os níveis de vida das categorias dos comerciários, compatíveis com aquele local;
- b. serão atendidos todos os elementos de ordem fisiológica, do ponto de vista de economia doméstica, através de uma organização interna e externa, vertical e horizontal, obedecidos os preceitos gerais de higiene, assim como a melhor orientação heliotérmica e anemoscópica;
- c. serão considerados os fatores psicológicos inerentes ao bem estar dos habitantes, na vida em comum e da máxima autonomia possível de conforto de cada morador de per si;

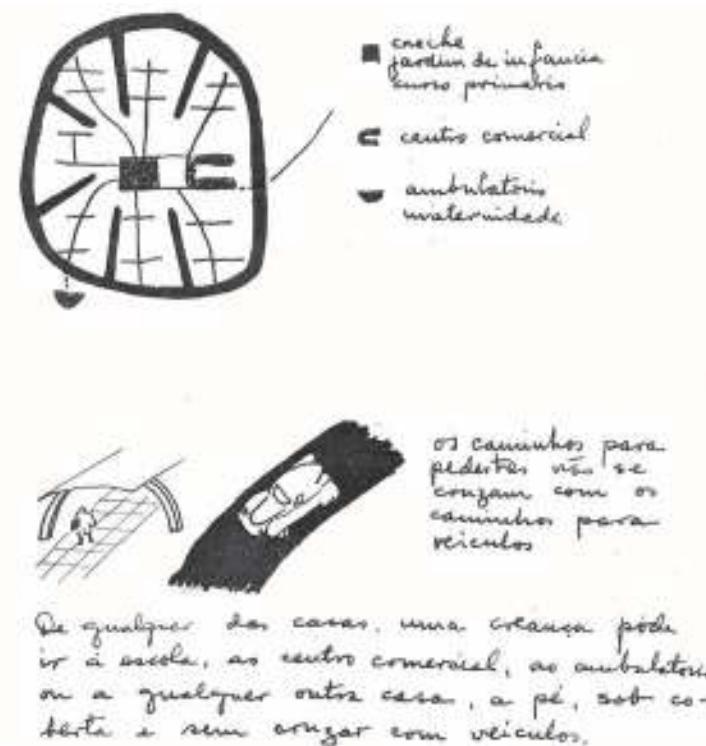


Figura 269: Croqui explicativo feito pelo arquiteto.
 Fonte: Arquitetura Contemporânea no Brasil, 1947, nº. 1, s/p.

- d. o conjunto deverá ter consistência econômica, tanto para os segurados locatários como para o Instituto financiador;
- e. as residências deverão ser padronizadas ao menor número de tipos, de acordo com as condições locais, sem reduzir a expressão arquitetônica do conjunto;
- f. os elementos construtivos ou acessórios, quer estruturais, quer de acabamento, ou mesmo os de ajardinamento, deverão ser concebidos em moldes a permitir a máxima pré-fabricação aconselhável;
- g. Na composição do projeto serão observadas a legislação e restrições vigentes, tanto públicas como particulares, sem perder de vista a recente recomendação do Exmo. sr. Ministro do Trabalho, relativa às moradias de segurados dos Institutos de Previdência Social. (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

Para o estudo desse projeto, observando as diretrizes estabelecidas pelo IAPC, os principais aspectos que o arquiteto Eduardo Kneese de Mello procurou ressaltar em seu projeto, segundo memorial descritivo, foram:

1. Redução ao mínimo do perigo de atropelamento;
2. Redução ao mínimo da distância de cada casa à escola e ao centro comercial;
3. Acesso direto externo ao centro comercial;
4. Movimento de serviço pelos fundos das casas;
5. Eliminação de pequenos jardins particulares, em favor de grandes parques coletivos;
6. Isolamento dos serviços de assistência social;

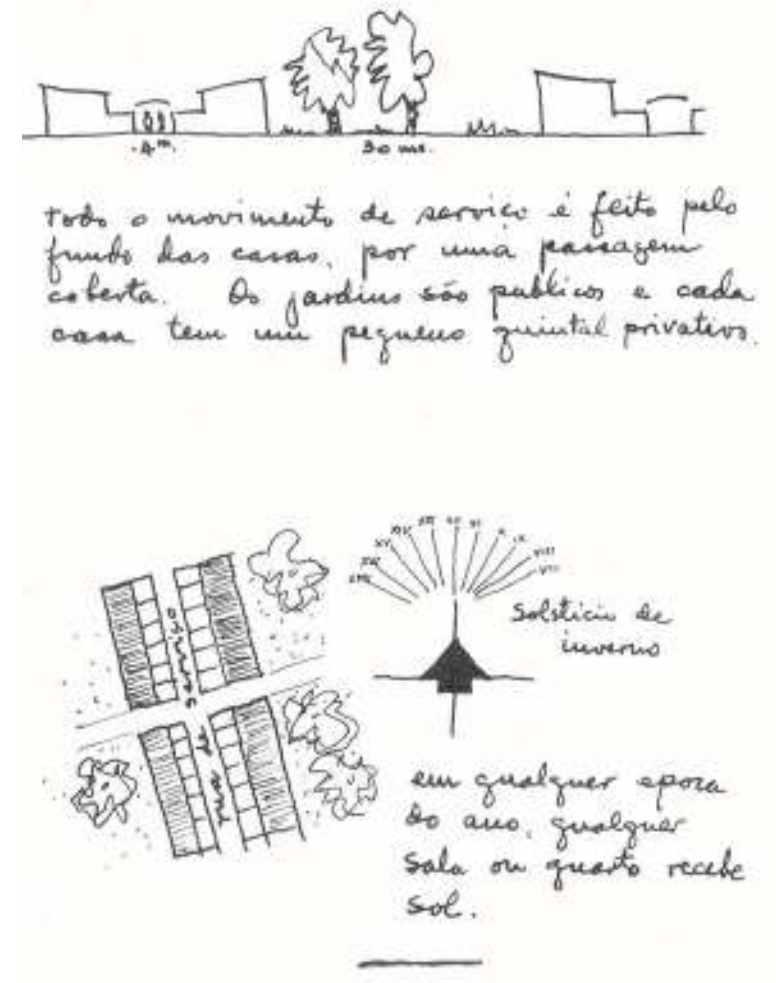


Figura 270: Croqui explicativo feito pelo arquiteto.
Fonte: Arquitetura Contemporânea no Brasil, 1947, nº. 1, s/p.

7. Pequenos quintais particulares, para serviços que não podem ser feitos em locais públicos;
8. Redução ao mínimo das áreas de construção, para barateamento do custo de cada casa;
9. Aparência externa de fachada observada somente depois de atendidos todos os requisitos da distribuição interna;
10. Padronização máxima dos elementos, para diminuir o custo da obra;
11. Máximo rendimento em conforto, em relação ao emprego de capital. (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

Seguindo a primeira diretriz estabelecida pelo IAPC, relativa aos *modelos sociais modernos de habitar*, Kneese considerou, no projeto para o Conjunto Residencial Cidade Jardim, como complemento indispensável à residência os equipamentos de uso coletivo. Foram incluídos no programa: conjunto educacional e social, composto por creche, jardim de infância, escola primária e centro social; ambulatório e maternidade; um centro comercial com catorze lojas; um posto de gasolina; um conjunto de oficinas para pequenos serviços; playground; campo de esportes; e uma área destinada a um parque³.

Os equipamentos coletivos estavam implantados da seguinte maneira: a escola e o playground foram localizados no centro do terreno, dessa forma, a distância máxima de uma residência à instituição de ensino e lazer seria de, no máximo, 350 metros em linha reta (figura 267 e 268); o centro comercial estava próximo da avenida Cidade Jardim,

³Sobre esta área reservada ao parque, em artigo publicado na revista *Acrópole* (n.º 107, p. 275), consta que a mesma deveria ser doada à Prefeitura Municipal do Município de São Paulo, conforme exigia a legislação em vigor. Contudo, nenhuma outra informação a respeito deste assunto foi encontrada.



Figura 271: Vista geral da implantação do conjunto – maquete.
Fonte: *Acrópole*, n.º. 184, 1954, p. 183.



Figura 272: Vista parcial da maquete – parte maior do terreno. Notam-se as residências geminadas, centro comercial, apartamentos duplex e escola.
Fonte: acervo FAU USP.

com via de acesso direto para os veículos e outras vias de acessos aos pedestres (figura 268); o ambulatório, a maternidade e as oficinas para pequenos serviços foram instalados em pequenas saliências do terreno, por fora da avenida circular; o posto de gasolina localizava-se nas imediações do centro comercial, próximo da avenida Cidade Jardim; e, por fim, o campo de esportes estaria localizado próximo aos edifícios residenciais, na faixa de terreno localizada entre as avenidas Cidade Jardim e Marginal Pinheiros, próximo à rotatória de acesso ao conjunto residencial.

O traçado das ruas foi outro ponto de grande relevância e apreensão deste projeto. Teve-se a preocupação de evitar, tanto quanto possível, o perigo dos atropelamentos de pedestres por veículos. Para tanto, foram projetados dois tipos de ruas: o primeiro exclusivo para veículos, sendo ruas asfaltadas com a largura de vinte metros; e o segundo, para pedestres, com quatro metros de largura e protegidos das intempéries por uma cobertura de dois metros de largura. Essas vias de pedestres estavam voltadas para as ruas de serviços, nas fachadas posteriores das residências, seriam cobertas com telhas *Eternit* (cimento amianto) ou, se o custo permitisse, lajes de concreto.

Com isso obtive o seguinte resultado: Uma criança poderá ir a pé, por um trajeto mínimo, de sua casa à escola ou ao centro comercial, sem cruzar qualquer rua por onde passem veículos e completamente abrigada contra o sol excessivo e contra a chuva. (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

Com relação às residências, Kneese propôs para os casais com filhos ou famílias com três ou mais pessoas, casas geminadas em blocos de seis, atendendo as determinações do Código de Obras e diretrizes formuladas pelo IAPC. Outro motivo decisivo na escolha desse número foi o fator econômico, pois, dessa forma, cada bloco não atingiria um



Figura 273: Vista parcial da maquete – parte menor do terreno. Observa-se a grande lâmina residencial para famílias pequenas, o campo de esportes e parte das residências geminadas com o centro comercial, apartamentos duplex e escola. Fonte: acervo FAU USP.



Figura 274: Vista parcial da maquete com as residências em primeiro plano. Fonte: Arquitetura Contemporânea no Brasil, 1947, nº. 1, s/p.

comprimento excessivo, o que traria dificuldades para a construção. E, além disso, facilitou o planejamento do conjunto, através do estabelecimento das vias de pedestres.

As residências foram implantadas na parte maior do terreno, próximas à escola, ao centro comercial e serviço de assistência social, evitando que as crianças tivessem que atravessar a avenida Cidade Jardim, via cujo tráfego era intenso e rápido. O desenho dessas residências iniciou-se através do estudo da insolação. Atendendo a legislação vigente e diretrizes do IAPC, era necessário que todos os dormitórios e salas de todas as casas recebessem sol.

Considerando o terreno plano, como praticamente o é, pude estudar uma colocação para as fachadas de frente e de fundo, com boa insolação, mesmo no dia mais desfavorável do ano, isto é, 21 Junho, ponto extremo do solstício de inverno. Teoricamente, essa linha de fachadas deveria ser exatamente Norte-Sul. Em São Paulo, porém, é comum a neblina nas manhãs frias. Por isso, depois de estudar várias posições, resolvi colocá-la ligeiramente voltada para Oeste, favorecendo desse modo a insolação da manhã, que é sacrificada pela neblina. Nessa posição, se admitirmos uma hipótese exagerada de que tenhamos neblina até 10 horas da manhã, ainda as fachadas voltadas para o nascente serão banhadas pelo sol mais de duas horas e meia. Desse modo, poderão as casas ter os dormitórios iluminados tanto na fachada principal como na dos fundos. Agrupei, então, os blocos de 6 casas, em 4, voltando fundos para fundos, que separei por uma pequena rua de serviço, reservada exclusivamente para pedestres. (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

As residências foram divididas em três tipos:



Figura 275: Vista parcial da maquete com o edifício hospitalar e de serviços sociais em primeiro plano.
Fonte: Arquitetura Contemporânea no Brasil, 1947, n.º 1, s/p.

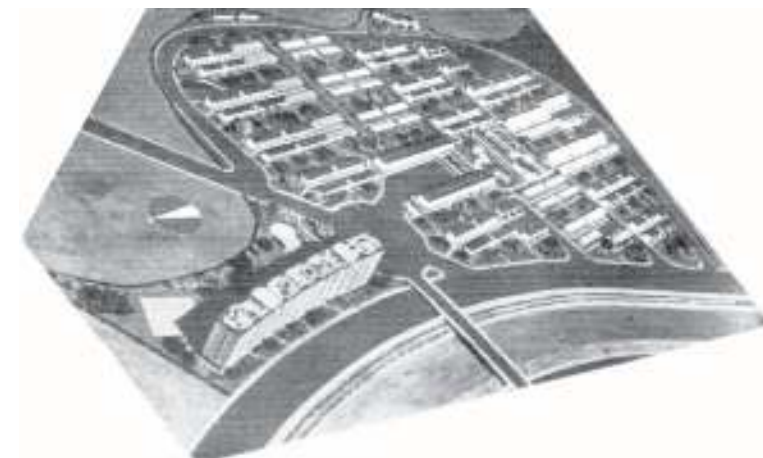


Figura 276: Perspectiva da maquete do conjunto.
Fonte: Acrópole, 1947, n.º 107, p. 276.

- Tipo A – sobrados geminados de seis em seis: sala, cozinha, três dormitórios, banheiro, wc para empregados, área de serviço e terraço (figura 257);
- Tipo B – sobrados geminados colocados nas extremidades dos grupos de casas “tipo A”: sala, cozinha, quatro dormitórios, banheiro, wc para empregados, área de serviço e terraço (figura 258);
- Tipo C – sobrados agrupados de seis em seis: sala, cozinha, garagem, três dormitórios, banheiro, wc para empregados, área de serviço e terraço (figura 259).

Nas fachadas principais dessas residências foram abolidos os pequenos jardins privados. As casas abrem para os grandes jardins coletivos, gramados e arborizados, “(...) *pondo seus moradores em constante contato com a natureza*” (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p). Nas fachadas posteriores, foram projetados pequenos quintais fechados para os serviços domésticos e que se comunicam com a rua de serviço, dando acesso às vias de pedestres cobertas. Todo o movimento de serviço dessas residências era feito exclusivamente pelos fundos.

Para os casais sem filhos, com um só filho ou solteiros, a solução adotada foi o apartamento, pois, sendo a mais econômica, oferecia ainda, segundo o arquiteto, “*outras vantagens como a facilidade de arrumação e conservação, o convívio comum e, especialmente, a economia do terreno, cujas sobras, no nosso caso, podemos aproveitar para a praça de esportes*” (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p). Essas unidades habitacionais foram divididas em duas tipologias: de um e dois dormitórios.

As unidades habitacionais de um dormitório localizavam-se na parte menor do terreno, nas proximidades das avenidas Cidade Jardim e Marginal Pinheiros. No primeiro estudo apresentado ao IAPC, Kneese de Mello estudou essas unidades com a preocupação de



Figura 277: Vista aérea da maquete do conjunto.
Fonte: Acrópole, 1947, n.º. 107, p. 277.



Figura 278: Detalhe do edifício residencial laminar.
Fonte: acervo Unicentro.

reduzi-las ao mínimo, como quitinetes. A versão final do projeto apresentava um apartamento de um dormitório, um pouco maior, com sala, quarto, banheiro, terraço, wc e área de serviço.

No primeiro anteprojeto (1944), o edifício que abrigava as unidades de um dormitório era um único bloco de dez pavimentos, sobre pilotis, o que permitia o uso do pavimento térreo como passeio coberto, um prolongamento da área de lazer instalada neste pavimento. O pavimento tipo desse edifício continha 52 apartamentos divididos por um corredor central e 26 poços responsáveis pela iluminação e ventilação dos banheiros e cozinhas, além do próprio corredor. A circulação vertical era feita através de quatro conjuntos de hall de acesso, distribuídos de maneira equidistante. Os elevadores estavam em hall separados das escadas. O edifício continha, no total, oito elevadores e duas escadas. (figuras 260 e 261)

A cobertura do edifício foi concebida como um terraço-jardim, destinada ao lazer dos moradores. Não apresentava nenhuma construção que determinasse o seu uso, somente tratamento paisagístico e duas marquises, com desenho curvilíneo, apoiadas nas casas de máquinas e caixas de escadas. Configurou-se, portanto, um espaço de uso coletivo, porém privativo aos moradores do edifício.

As fachadas laterais eram marcadas pela verticalidade, gerada por faixas largas que correspondiam à área das salas dos apartamentos e, principalmente, por uma faixa, centralizada, de tijolos de vidro que era responsável pela iluminação dos corredores nos pavimentos tipo. As fachadas principal e posterior eram simétricas e ritmadas na extensão dos pavimentos e caracterizadas pela leveza do pavimento térreo suspenso por pilotis. A simetria e ritmo eram proporcionados pelas aberturas das janelas e terraços. O ritmo era interrompido somente por duas faixas verticais e equidistantes de tijolos de vidro onde se



Figura 279: Vista aérea do conjunto residencial e equipamentos coletivos.
Fonte: The Architectural Forum (Magazine Building), 1947, v. 87, nº. 107, s/p.

localizavam os elevadores e escadas. No topo do edifício, destacava-se a horizontalidade gerada pelo guarda-corpo do terraço-jardim e das marquises.

Em seu segundo anteprojeto (1945 - figura 266), Kneese apresentou outra solução para as unidades de um dormitório. Dividiu o conjunto de apartamentos em três blocos, no lugar de um só como no primeiro estudo, para efeito de comparação. Os três prédios foram implantados, na mesma área, desencontrados e com um recuo entre si. O pavimento tipo desses edifícios constituía-se de dezesseis apartamentos divididos por um corredor central e oito poços que garantiam a iluminação e ventilação natural dos banheiros e cozinhas das unidades. A distribuição interna dos apartamentos é muito similar a do primeiro anteprojeto: sala, quarto, banheiro, cozinha, pequena área de serviço e terraço. O hall da circulação vertical localizava-se no centro do pavimento tipo e contava com três elevadores e uma escada. Assim como no primeiro projeto, o pavimento térreo foi trabalhado como uma área livre, suspenso por pilotis; e a cobertura como um terraço-jardim destinado ao lazer dos moradores com uma única marquise.

As fachadas frontal e posterior do edifício eram simétricas e ritmadas, marcadas pela presença dos pilotis no térreo, dos terraços nos pavimentos tipo e da marquise no topo do edifício. Não foram encontrados os desenhos das fachadas laterais, mas acredita-se que seriam similares as do primeiro anteprojeto, marcadas pelas aberturas existentes nos corredores dos pavimentos tipo.

Em artigo publicado na revista Acrópole (nº. 107, p. 273-284, 1947) sobre o Conjunto Residencial Cidade Jardim, essa segunda opção, de 1945, com a implantação em três blocos do edifício residencial para famílias pequenas, não foi mencionada. As fotos apresentadas evidenciam somente o grande bloco residencial, inclusive plantas e fotografias da maquete. Acredita-se que os dirigentes do IAPC optaram pelo bloco maior

em função desse apresentar um maior número final de unidades habitacionais, 520 contra 480. Contudo, para o arquiteto Kneese de Mello, a solução apresentada em 1945 lhe parecia “*mais interessante*” (KNEESE DE MELLO, 1945, s/p).

Atendendo a sugestões dos srs. engenheiro Ulisses Helmeister e arquiteto Francisco Kosuta, Eduardo Kneese de Mello acrescentou algumas unidades habitacionais com dois dormitórios para as famílias pequenas (casais com um filho, sem filhos ou solteiros), que o primeiro estudo não previa. Essas habitações estavam localizadas sobre as lojas nos dois edifícios do centro comercial.

Nesta solução, ao invés de projetar um edifício com corredor central dando acesso às diversas unidades habitacionais, nos dois andares desse prédio, optou por apartamentos duplex, evitando, dessa forma, o corredor interno. O acesso ao pavimento inferior dessas unidades era feito de duas formas: através de duas rampas localizadas em extremidades opostas do edifício ou através de três escadas, distribuídas de maneira equidistante. No pavimento inferior localizavam-se as áreas de convívio social e de serviço da unidade, que contava com sala, cozinha, pequena área de serviço e wc para empregados. Este pavimento era todo circundado por uma passarela elevada. Acima, estava a área íntima com dois dormitórios, banheiro e hall da escada.

As fachadas laterais (norte e sul) desses edifícios tinham como elemento de destaque a rampa de acesso aos apartamentos duplex. Nas fachadas frontal e posterior (leste e oeste) destacava-se a leveza do pavimento térreo, vedado, grande parte, em vidro e o ritmo causado pelas aberturas dos pavimentos superiores. Realçavam-se também as escadas, os únicos elementos que quebravam o duro ritmo imposto ao edifício por seu programa. Diferentemente dos demais edifícios habitacionais deste conjunto, este apresentava telhado em duas águas (figura 263).

O Conjunto Residencial IAPC Cidade Jardim foi o primeiro projeto onde o arquiteto Eduardo Kneese de Mello aplicou as recomendações da recém publicada *Carta de Atenas*⁴ (IV CIAM, 1933), considerada por ele o mais importante documento do urbanismo moderno. Ainda neste projeto, destacavam-se os princípios básicos do Movimento Moderno, especialmente elementos corbusierianos, utilizados na composição do projeto arquitetônico. Notava-se a presença dos pilotis, terraço-jardim, apartamento duplex, equipamentos coletivos e serviços como complementos indispensáveis à habitação, entre outros.

O conceito de habitação desenvolvido pelo arquiteto estava presente neste projeto. Para o arquiteto, habitar pressupunha uma condição maior, de direito à cidadania. Significava ter acesso aos bens fundamentais que garantissem a formação de uma consciência urbana, da vida do homem em sociedade. Portanto, no desenho da moradia e seus prolongamentos – o que resultaria em *habitação* segundo o pensamento de Kneese – o arquiteto expressou o seu desejo e sua forma de participação no processo de transformação da cidade. Podemos entender, portanto, que o *Conjunto Residencial IAPC Cidade Jardim* foi uma proposta de *habitação*, como propunha o Movimento Moderno. Este projeto procurou solucionar o problema da habitação através da implantação de 1118 unidades residenciais, sendo 520 apartamentos com um dormitório, 80 apartamentos duplex com dois dormitórios, 486 casas com três dormitórios e 32 casas com quatro dormitórios; e seus prolongamentos, contendo escola, centro comercial, maternidade, ambulatório, oficinas para pequenos serviços, playground e centro esportivo.

Em palestra realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo, sob o título *Urbanismo Preventivo Urbanismo Curativo* (Acrópole nº. 123, p. 91-96, 1948), Kneese de Mello ao

⁴ Apesar de discutida durante o IV CIAM de 1933, Le Corbusier publicou a Carta de Atenas somente em 1943, com prefácio de Giradoux. (BOESIGER, 1998, p. 248).

divulgar a sua noção de *habitação*, expôs o projeto do Conjunto Residencial IAPC Cidade Jardim, de forma não intencional, demonstrando que a noção de habitação por ele desenvolvida estava plenamente colocada neste projeto:

A idéia de abrigo ainda é a mesma, mas o abrigo do homem moderno não é mais a caverna ou a choupana ou o dolmen. O conceito de habitação evoluiu com as necessidades e possibilidades criadas pela civilização. Habitação não pode mais ser considerada, hoje, como, simplesmente, a casa de morar. Habitação é um conjunto de que a moradia é o centro, mas de que fazem parte também a escola, o playground, os serviços de abastecimento, os serviços públicos gerais, a creche, a maternidade, a assistência hospitalar, os centros de cultura, os campos de esporte, as áreas verdes e jardins e cuja ligação de trânsito precisa ser estudada com grande carinho. (KNEESE DE MELLO, 1948, p. 94).

Apesar do empenho do arquiteto Kneese de Mello, essa obra não foi realizada.

O Arquiteto, depois que ele realiza uma determinada obra, ele começa a olhar para trás e a pensar que poderia ter feito mais isto, menos aquilo, e que a obra poderia ter merecido umas correções em alguns pontos. Mas eu considero que fiz alguns trabalhos que me alegraram, alguns já construídos e outros que até hoje não foram construídos, por exemplo, o IAPC me deu um projeto que eu considerei muito bom, porque era no tempo em que eu estava fazendo a minha “conversão”, em que eu lia com frequência a Carta de Atenas. E eu fiz um projeto para um conjunto habitacional na Avenida Europa, junto ao Rio Pinheiros, em que usei aquelas recomendações da Carta de Atenas. Então eram 1200 residências servidas por um centro comercial, por uma escola, por um centro cívico, hospital, área de esportes, áreas verdes; onde uma criança, sem atravessar a rua poderia ir de qualquer das casas a qualquer outra casa,

sem atravessar uma rua de veículo, quer dizer, era proibido ser atropelado, naquela época, naquele meu projeto. Infelizmente as coisas acontecem aqui no Brasil assim, quer dizer, muda o diretor da Empresa, da Secretaria, do Ministério, e as idéias do novo diretor são diferentes. Então quando o meu projeto já estava pronto mudou o presidente do INPS, do IAPC naquele tempo, e as minha idéias eram consideradas inexecutáveis e outros adjetivos. (depoimento de Eduardo Kneese de Mello. In: SANTOS, 1985, p. 95).

Ainda que este edifício não tenha sido construído, este projeto serviu como experiência para Eduardo Kneese de Mello e esse conhecimento foi refletido no projeto do Conjunto Residencial para o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) projetado em 1945. O edifício de dez pavimentos apresentado no IAPC Cidade Jardim para as famílias pequenas é muito parecido com a solução que o arquiteto adotou no projeto do IAPI. Conceitos apresentados neste projeto continuaram a ser desenvolvidos por outros arquitetos e culminaram em experiências internacionalmente conhecidas como o *Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho*, projeto do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, (1946), no Rio de Janeiro, e as *superquadras* propostas pelo arquiteto Lucio Costa no *Plano Piloto* para Brasília em 1957.

A organização do setor residencial encontrou seu pretexto também no mestre franco-suíço: fiel ao princípio da Ville Verte, Lucio Costa concebeu espaços residenciais em blocos habitacionais isolados, dispostos em grandes áreas verdes (a chamada “escala bucólica”), eliminando a rua tradicional como eixo definidor e articulador dos volumes construídos. Em linhas gerais, abolindo o lote privado, o espaço residencial caracteriza-se por uma extensão contínua e livre, sem barreiras e tráfego de automóveis, como um grande parque bucólico. As lições dos conjuntos habitacionais modernos à maneira dos blocos dos IAPs ganhavam uma versão definitiva enquanto agregação urbana integral. (SEGAWA, 1999, p. 125).



Figura 280: Maquete do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, Rio de Janeiro, 1946. Arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 85.



Figura 281: Vista aérea do Pedregulho, Rio de Janeiro, 1946. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 89.

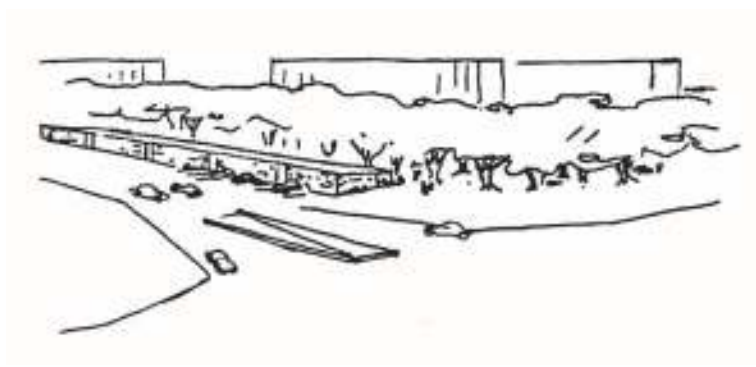


Figura 282: A vegetação envolvendo as superquadras e as extensas áreas livres arborizadas como referências à escala bucólica de Brasília. Arquiteto Lucio Costa, 1957.
Fonte: SEGAWA, 1999, p. 125.



Figura 283: Vista da W3 sul: à esquerda edifícios comerciais e à direita habitações individuais geminadas (HIGS), c. 1960.
Fonte: WISNIK, 2001, p. 106.



Figura 284: Foto aérea do setor residencial: superquadras e, à direita, eixo rodoviário-residencial.
Fonte: WISNIK, 2001, p. 104.

4.3 Conjunto Residencial IAPI – Edifício Japurá

Nome atual:	Edifício Dr. Armando Arruda Pereira
Proprietário:	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)
Arquitetos:	Eduardo Kneese de Mello e Roberto Burle Marx (paisagismo)
Construção:	Louzada, Cavalcanti & Cia. Ltda.
Ano:	1945 (projeto); 1957 (construção)
Endereço:	Rua Japurá, 55 e 109, Bela Vista – São Paulo, SP.
Referências:	Arquitetura Contemporânea no Brasil, n.º 1, s/p, 1947. Acrópole, n.º 119, pág. 281-287, 1948. L'architecture d'aujourd'hui – Brésil, n.º 42-43, 1952. Acrópole, n.º 184, pág. 182, 1954. Arquitetura e Engenharia, n.º 35, p.51-55, 1955. BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998. GALESI, René. O morar moderno: modernização, verticalização e o pioneirismo dos edifícios residenciais modernistas na expansão da área central de São Paulo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dissertação de mestrado, 2002. MINDLIN, Henrique E. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999. REGINO, Aline Nasralla. COM ENTUSIASMO. A vida e obra de Eduardo Kneese de Mello. São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Trabalho final de graduação, 2002. REGINO, Aline Nassaralla; SANTOS, Ademir Pereira dos; et. al. Arquitetura atribuição do arquiteto. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005.



Figura 285: Mapa de localização, sem escala.
Fonte: GEGRAN, 1973.

RUBANO, Lizete Maria. **Cultura de projeto: um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2001. 2 v.

ROSALES, Mario Arturo Figueroa. **Habitação coletiva em São Paulo 1928>1972.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2002.

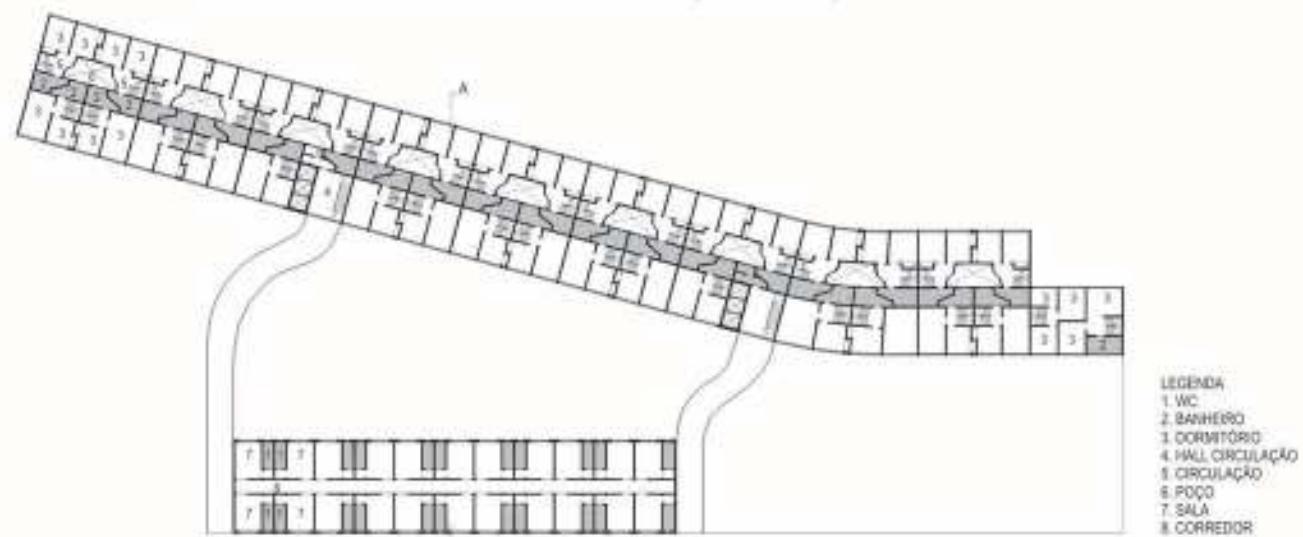
SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, Elaine Pereira da. **Eduardo Kneese de Mello e o Edifício Japurá.** São Carlos: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos – departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado, 2003.

THOMAZ, Dalva. **Eduardo Kneese de Mello – documento.** Revista AU. São Paulo: n°45, dezembro 1992 / janeiro 1993, p. 80-88.



PAVIMENTO TERREO E PAVIMENTOS SUPERIORES (MPARES (SALA E COZINHA))



PAVIMENTOS SUPERIORES PARES (DORMITÓRIOS E BANHEIROS)



Figura 286: Planta dos pavimentos.
 Fonte: Acrópole, 1948, nº. 119, p. 286 e 287.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

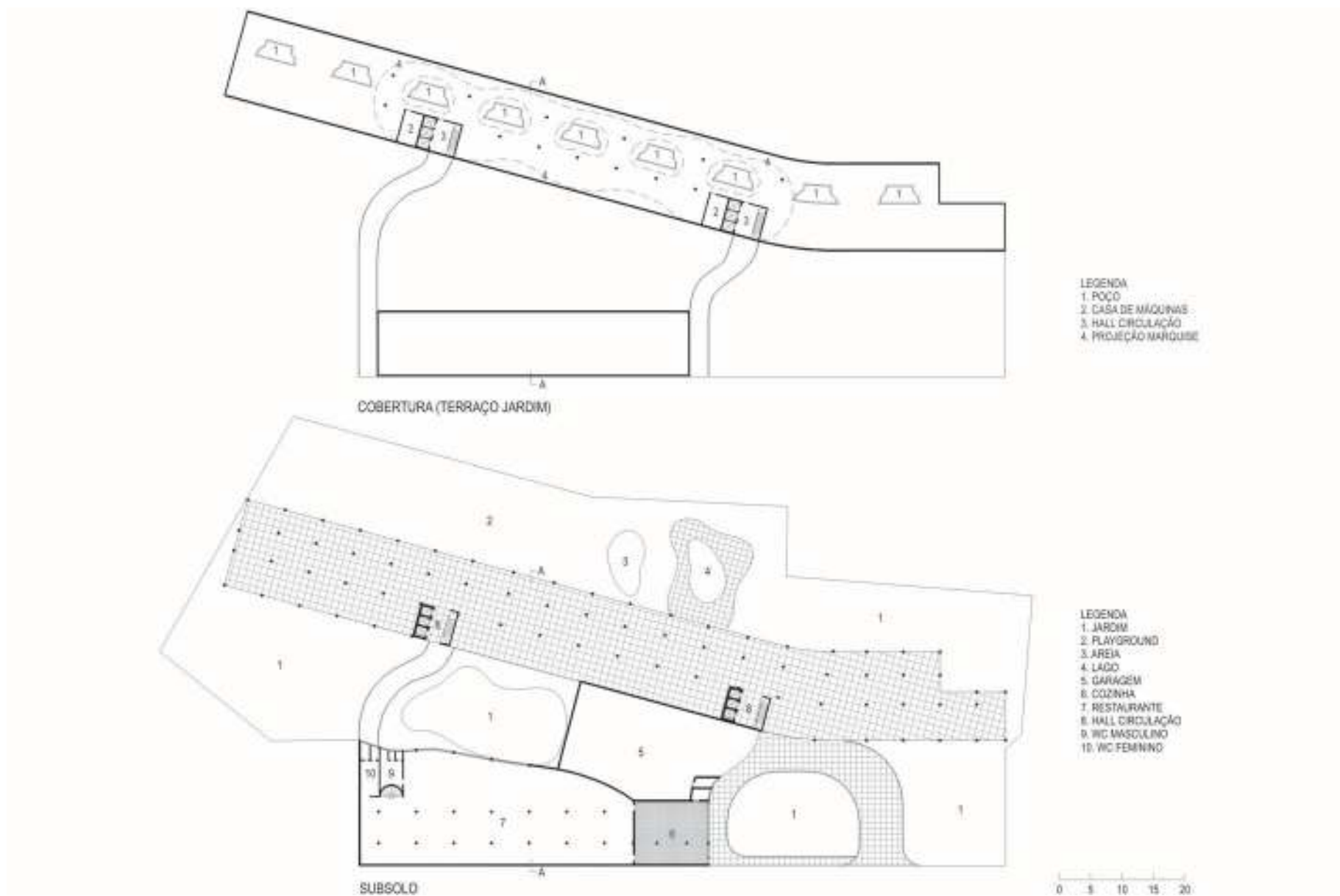
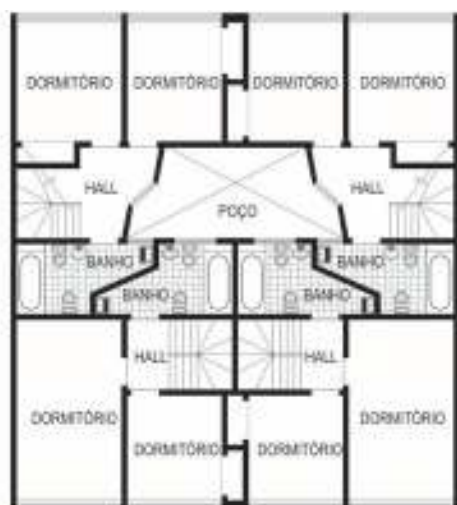
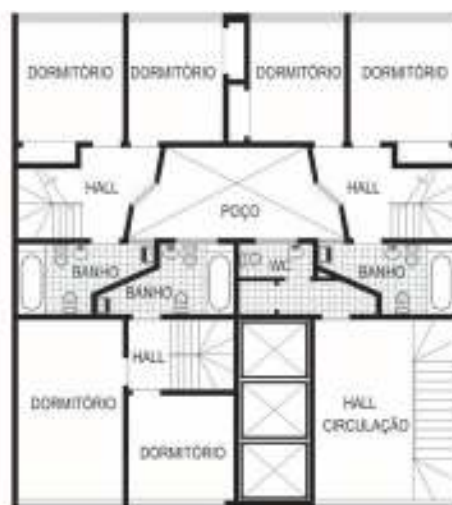


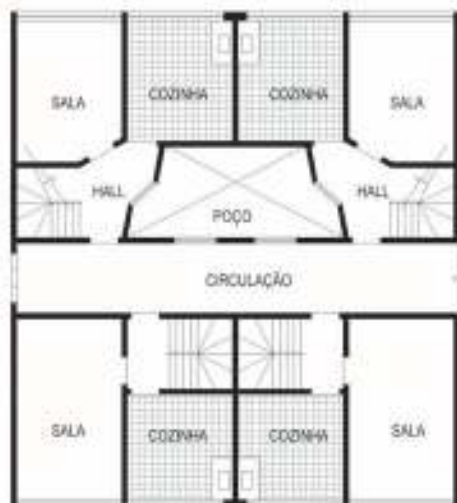
Figura 287: Planta dos pavimentos.
 Fonte: Acrópole, 1948, n.º 119, p. 285 e 287.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.



PAVIMENTO SUPERIOR TIPO 1



PAVIMENTO SUPERIOR TIPO 2

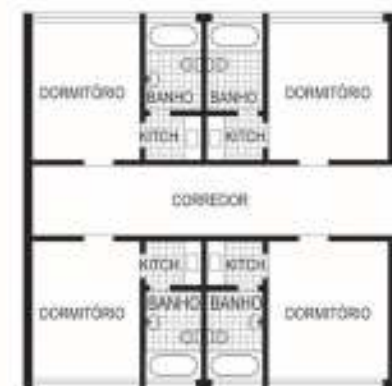


PAVIMENTO INFERIOR TIPO 1



PAVIMENTO INFERIOR TIPO 2

APARTAMENTO TIPO BLOCO PRINCIPAL



QUITINITES

APARTAMENTO TIPO BLOCO MENOR



Figura 288: Planta dos apartamentos tipo.
 Fonte: Acrópole, 1948, n.º 119, p. 284.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

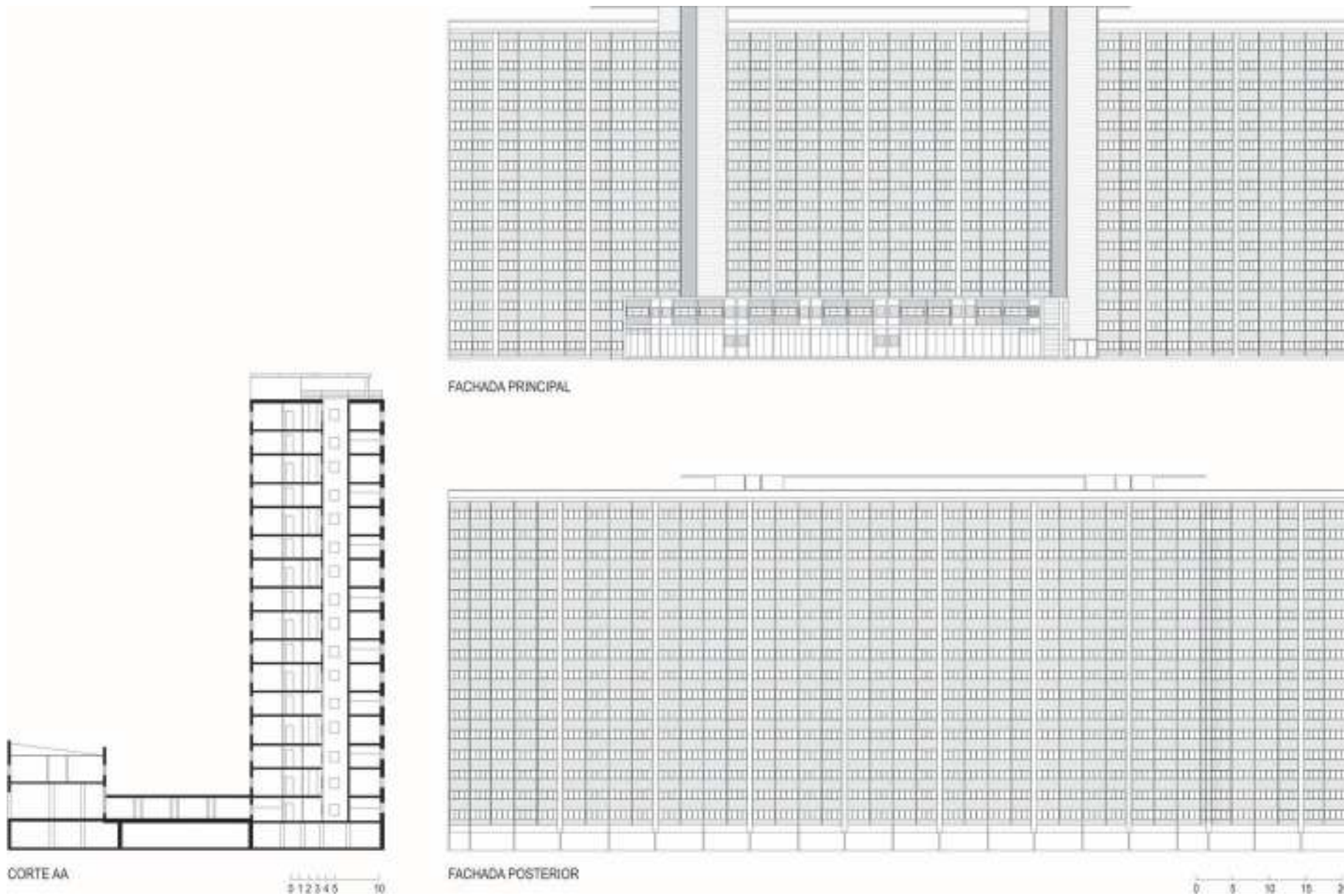


Figura 289: Corte e fachadas.
 Fonte: acervo RALMF.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

O Conjunto Residencial para o IAPI localizava-se no antigo vale do córrego Bexiga no Bairro da Bela Vista. O local era um complexo labiríntico de cortiços, implantados a partir de 1920, cujo proprietário era o sr. Francisco Barros. Neste complexo, pátios irregulares articulavam o conjunto de quatro diferentes cortiços: *Vaticano*, *Pombal*, *Navio Parado* e *Geladeira* (figura 290). O cortiço era composto por edifícios independentes, cada qual com características próprias, porém seu conjunto configurava um desenho único, com acessos controlados, formando uma espécie de cidadela onde acabaria surgindo um modo de morar coletivo. (BONDUKI, 1998).

Esse conjunto foi um forte símbolo da produção rentista em São Paulo, num período marcado pelos empreendimentos privados voltados para a produção de moradias para os trabalhadores. Sua estigmatização e posterior demolição em 1948, para dar lugar a um conjunto residencial do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos industriários – uma verdadeira *Unité d’Habitation* – assinalou a mudança nas formas de provisão de moradias que ocorreu no país e em São Paulo durante a década de 1940. (BONDUKI, 1998, 56).

A iniciativa do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o IAPI, contou com o apoio da Prefeitura Municipal, interessada em promover a renovação daquela área, por estar próxima do *Perímetro de Irradiação do Plano de Avenidas* de Prestes Maia (1930). Com sua nomeação para prefeito da capital, na década de 1940, houve um grande investimento no sistema viário para implementar o *Plano de Avenidas*, e, com isso foi construído o *Viaduto Jacareí* em uma das faces do terreno onde, mais tarde, estaria localizado o projeto do IAPI. O prefeito pretendia, com isso, demonstrar que áreas degradadas, como os cortiços do sr. Barros, poderiam ser recuperadas através de suas intervenções.

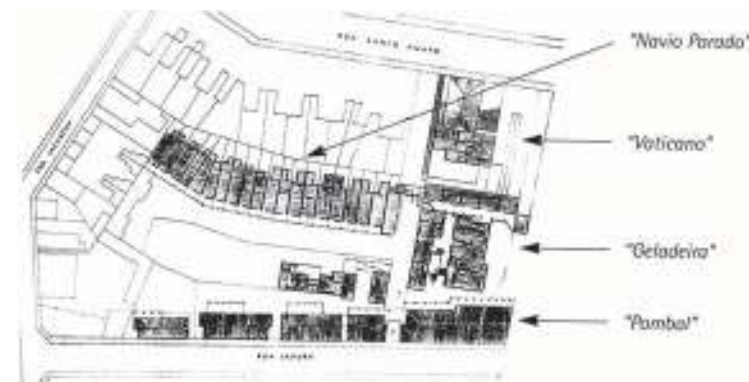


Figura 290: Implantação do complexo de cortiços formado pelo *Navio Parado*, *Vaticano*, *Geladeira* e *Pombal*.
Fonte: BONDUKI, 1998, p. 55.

Após sua experiência com o projeto do Conjunto Residencial para o IAPC – Cidade Jardim, Kneese de Mello conscientizou-se de que a viabilidade da construção era um fator importante para que o projeto viesse a se concretizar. O alto custo do terreno e o objetivo de rentabilidade do investimento direcionavam o partido do edifício para a verticalização e para o aproveitamento máximo do terreno. A viabilidade econômica aliada à qualidade de proposta deste empreendimento foram as principais preocupações do arquiteto para o desenvolvimento desse projeto.

A implantação do Edifício Japurá teve forma semelhante a do cortiço *Navio Parado*, conforme se pode observar nos mapas de localização de ambas as edificações (figuras 285 e 290). O terreno em que estava implantado o edifício do IAPI era de forma poligonal, irregular e de topografia acidentada. Em quase toda a sua área, o nível do terreno era mais baixo que o da rua. A frente do terreno, voltada para a Rua Japurá, mede 101,50 metros e, nos fundos, o seu comprimento aumentava consideravelmente.

À época em que esse edifício foi projetado pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello, a legislação vigente era o *Código de Obras Artur Saboya*. O arquiteto elaborou um estudo detalhado do código de obras, tirando partido de suas limitações (cf. figura 293). Aproveitou o recuo do edifício para nele projetar um bloco menor, com seis pavimentos, dos quais somente dois foram construídos, complementando o conjunto.

O bloco menor, situado ao nível da rua, destinava-se a pequenos conjuntos comerciais, com a finalidade de servir aos moradores do prédio e da vizinhança. Acima dessas lojas, internamente, encontravam-se pequenos apartamentos com um cômodo e banheiro (quitinete), para moradores solteiros.



Figura 291: Em primeiro plano, pátio e telhado do cortiço *Geladeira*. Ao fundo, o *Vaticano*, casarão do século 19 transformado em cortiço.
Fonte: BONDUKI, 1998, p. 68.

O acesso ao bloco principal, recuado quase dezoito metros da rua, era feito por meio de pontes envidraçadas, que remetiam às passarelas que interligavam os cortiços que o antecederam.

Este edifício foi concebido como uma grande lâmina com apartamentos duplex. Além de propiciar a divisão entre espaços íntimos e os destinados a usos sociais, a adoção dos apartamentos duplex permitiu grandes economias na construção.

O edifício tipo lâmina é composto por 288 unidades habitacionais distribuídas em catorze pavimentos. Procurando aliar qualidade à economia, Kneese de Mello reduziu os custos ao projetar apartamentos em dois níveis com corredor central nos andares inferiores (pares). O corredor central acompanhava o desenho da lâmina por quase toda a sua extensão, exceto pela face sul onde era ocupado por um apartamento. Em sua face norte, possuía uma abertura em tijolos de vidro; e, a leste, janelas voltadas para o poço de iluminação e ventilação natural. Essas qualidades, somadas à leve curvatura do edifício, conferiam qualidade a esse espaço de circulação.

Kneese optou pela utilização do apartamento duplex para minimizar a área de circulação a cada dois andares, diminuindo, desta forma, pela metade o número de paradas dos elevadores. No memorial descritivo o arquiteto apontou as vantagens dessa escolha:

1. *Aumento de dois andares no edifício dentro do gabarito determinado pelo Código de Obras;*
2. *Redução de 50 cm de altura em cada dois pavimentos;*
3. *Supressão do corredor comum aos andares destinados a dormitórios;*



Figura 292: Cortiço Navio Parado, primeiro bloco de habitação de São Paulo.
Fonte: BONDUKI, 1998, p. 68.

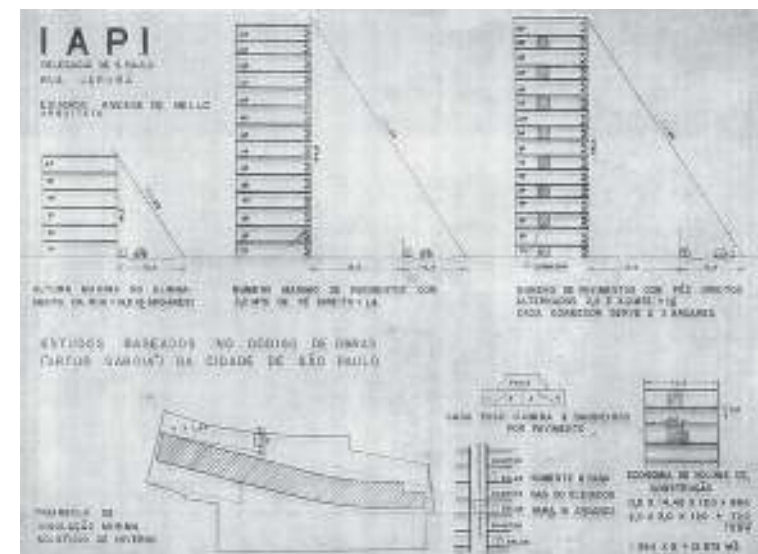


Figura 293: Estudos realizados pelo arquiteto Kneese de Mello para melhor aproveitamento do terreno baseados no Código de Obras Arthur Saboya.
Fonte: acervo FAU USP.

4. *Estando todos os banheiros localizados sobre o corredor central, cada poço de ventilação pode servir a quatro banheiros por andar. além disso suas dimensões podem ser reduzidas, visto que há só banheiros em cada segundo andar;*
5. *Separação entre os cômodos que tem contato com o exterior (sala e cozinha) e os dormitórios, tornando estes mais privativos e confortáveis;*
6. *Não havendo corredor comum nos andares destinados a dormitórios o número de paradas dos elevadores fica reduzido à metade tornando-os mais econômicos e eficientes;*
7. *Economia de mais de 12 mil metros cúbicos de construção em comparação com um edifício que fosse projetado com 16 andares de 3 metros de pé-direito e com corredor em todos os pavimentos. (KNEESE DE MELLO, 1948, p. 284).*

A divisão interna das unidades habitacionais não foi destacada no memorial descritivo. Porém, em sua concepção, os espaços foram racionalmente divididos e aproveitados. Os poços de iluminação e ventilação, localizados ao longo do edifício, criaram apartamentos com dimensões diferentes dispostos em cada um dos lados do corredor central. Pelo fato dos poços estarem localizados na face leste do corredor, os apartamentos deste lado eram, cerca de quatro metros quadrados, menores dos que os localizados na face oeste.

Contudo, a divisão interna era a mesma e apresentava-se da seguinte forma: no andar inferior, acessado pelo elevador, toda a área de convívio social: sala, cozinha, despensa (espaço aproveitado sob a escada), hall da escada e *porta-chapéus*; no andar superior, a área íntima, dois quartos com armários embutidos, banheiro, e o hall da escada. Curiosamente, ainda no pavimento superior, sobre o patamar da escada, foi estudado e

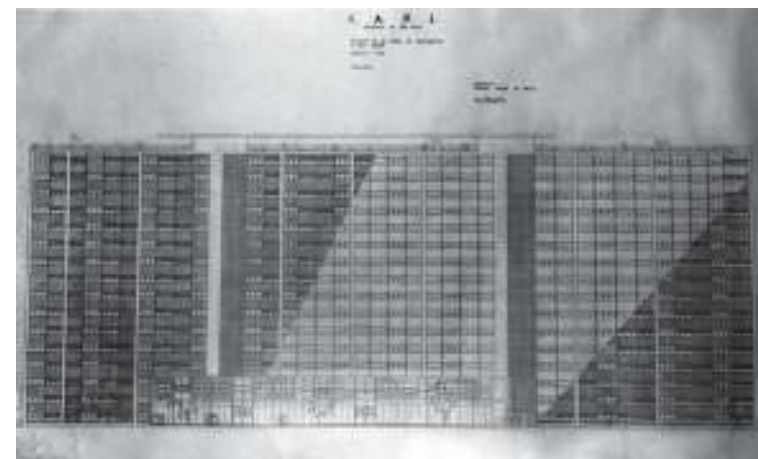


Figura 294: Desenho da fachada principal.
Fonte: acervo RALMF.



Figura 295: Fachada principal do conjunto – maquete.
Fonte: acervo FAU USP.



Figura 296: Fachada posterior do conjunto – maquete.
Fonte: acervo FAU USP.

implantado, um segundo patamar que servia para depósito de malas ou espaço para costura, como um pequeno mezanino. Nota-se que a área de serviço das unidades foi suprimida, “*restando apenas um tanque locado em área exígua, no interior dos banheiros*” (RUBANO, 2001, p. 45). Ao contrário destas soluções exíguas, as aberturas dos espaços, independente de suas funções, eram as maiores possíveis, sendo que sempre a parede externa do edifício era aberta na totalidade de sua extensão, com janelas de três metros de largura por um metro e vinte centímetros de altura.

Como parte da circulação vertical do edifício havia dois conjuntos de hall de acesso distribuídos, de maneira equidistante, contendo caixa de escada e elevadores, com cerca de quinze metros quadrados de área livre. Cada hall, com face externa composta inteiramente por tijolos de vidro, possuía iluminação intensa, criando uma composição horizontal na fachada principal do edifício.

Na cobertura do edifício havia outra referência à obra de Le Corbusier, um dos cinco pontos da *nova arquitetura*: o terraço-jardim. Com projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, esse espaço foi criado exclusivamente para o lazer dos moradores. Não existia nenhuma construção que determinasse seu uso, apenas uma marquise com desenho curvilíneo, recortada para manter a iluminação dos poços. Configurava-se, desta maneira, um jardim elevado, uma espécie de mirante com vista para o centro da cidade.

No subsolo do edifício, criado para maximizar o aproveitamento do terreno, a lâmina era elevada do solo por pilotis. Seu programa englobava diversos equipamentos coletivos para atender os moradores do edifício. O maior espaço destinava-se a um restaurante. O espaço era dividido entre cozinha, um grande salão de refeições e banheiros. No desenho do grande salão, a vedação não seguia a linha estrutural do conjunto, a parede interna ao lote aproximava-se do recorte da laje que se configurava no piso térreo, procurando

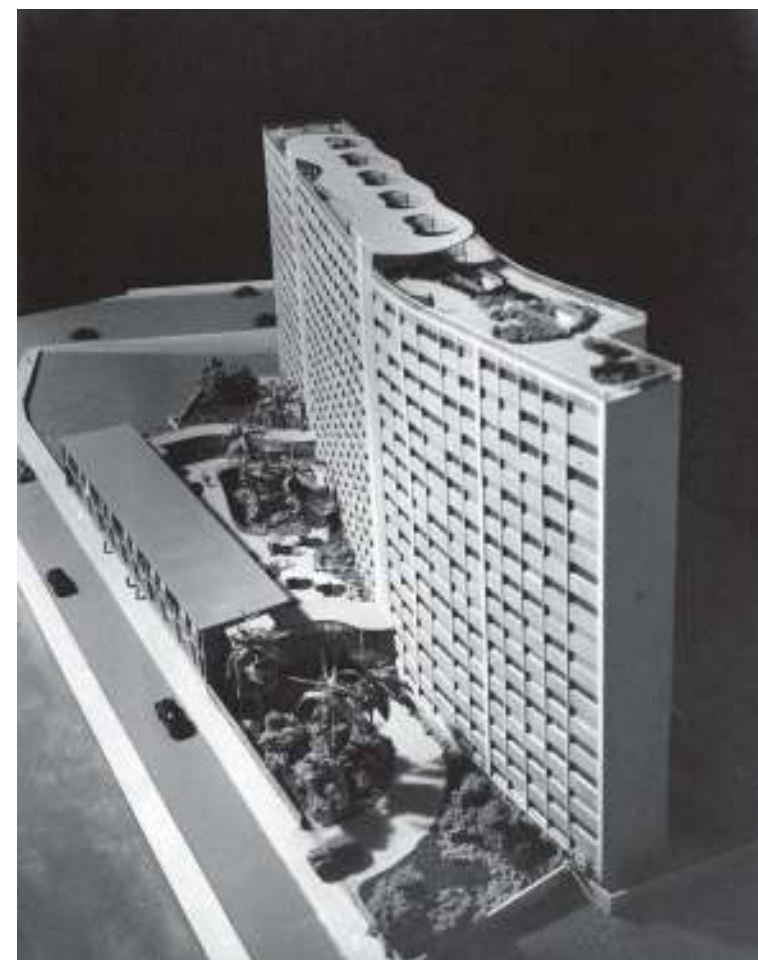


Figura 297: Vista lateral da maquete.
Fonte: acervo FAU USP.

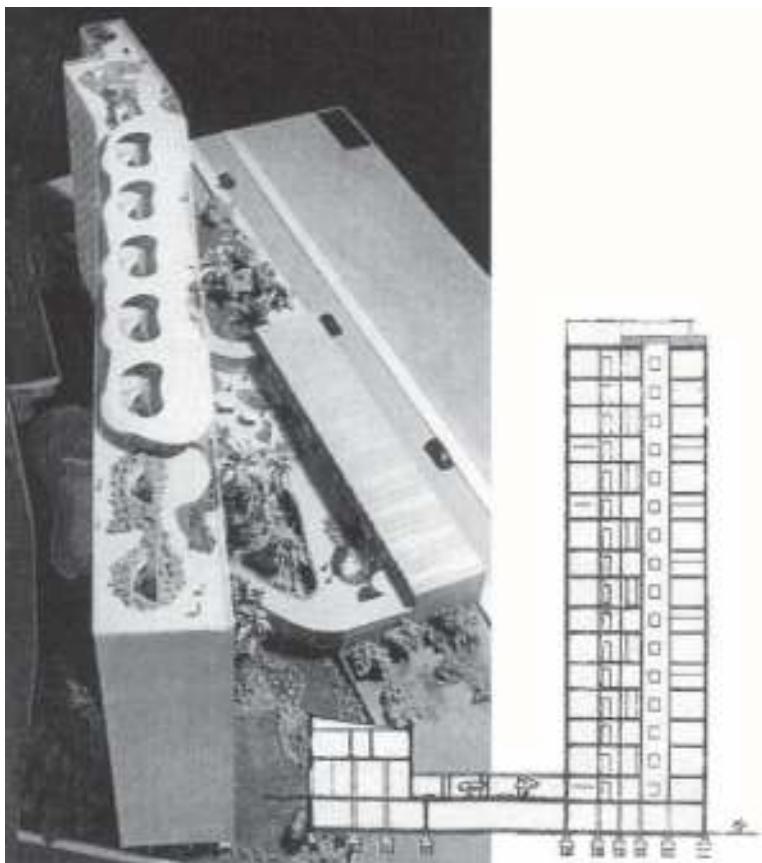


Figura 298: Detalhe da cobertura do edifício (terraço-jardim) e corte.
 Fonte: THOMAZ, 1992/ 1993, p. 83.



Figura 299: Vista aérea da maquete.
 Fonte: acervo FAU USP.



Figura 300: Edifício Japurá em construção na década de 1950.
 Fonte: BONDUKI, 1998, p. 198.

iluminar e ventilar, naturalmente, esse ambiente. O acesso ao restaurante era feito de duas formas: pelo subsolo, onde se desenhava um pequeno estacionamento para veículos e, também, através da escada circular que ligava o segundo pavimento de quitinetes do bloco menor à passagem coberta para a lâmina. Ainda no subsolo, em meio ao jardim, projeto de Burle Marx, estavam localizados os jogos e brinquedos para as crianças e a pequena piscina.

A estrutura do edifício era composta pelo sistema pilar / viga, com malhas paralelas de pilares que acompanham o desenho de sua implantação. Sua vedação era totalmente independente do corpo estrutural, apesar de suas paredes internas acompanharem a disposição dos pilares. O desenho dos pilares complementa o desenho da fachada principal, sendo estes destacados em pastilhas cerâmicas de cor clara – o restante da superfície era revestido com pastilhas cerâmicas de tom acinzentado. Estes elementos, pilares, somados às aberturas horizontais das janelas, criavam uma malha composta de cheios e vazios, conferindo à fachada regularidade e simetria. (figura 301)

A regularidade da fachada principal era interrompida por faixas verticais mais largas que marcam a caixa de escada e elevadores. As faixas marcadas por parede contínua, eram as que comportavam os elevadores e as de tijolos de vidro eram as que iluminavam a escada e o hall entre os dois tipos de circulação vertical. A fachada sul não apresentava quaisquer tipos de abertura, era completamente cega.

No topo do edifício, o terraço-jardim era marcado por linhas horizontais compostas por um guarda-corpo e pela marquise curvilínea. Esta, por sua vez, parecia apoiar-se nas casas de máquinas, localizadas na continuidade das faixas de circulação vertical, finalizando o desenho da lâmina.



Figura 301: Final da construção na década de 1950.
Fonte: BONDUKI, 1998, p. 171.



Figura 302: Vista interna da galeria suspensa de acesso ao edifício.
Fonte: BONDUKI, 1998, p. 199.



Figura 303: Galeria suspensa de acesso ao edifício e área comum entre este e o bloco comercial. Fonte: BONDUKI, 1998, p. 199.



Figura 304: Vista do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, Rio de Janeiro, 1946. Arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 88.



Figura 305: Conjunto Residencial Pedregulho, 1946. Em primeiro plano, o jardim projetado por Burle Marx. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 88.



Figura 306: Conjunto Residencial Marquês de São Vicente – Gávea, Rio de Janeiro, 1952. Arquiteto Afonso Eduardo Reidy. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 107.



Figura 307: Maquete do Conjunto Residencial Deodoro, Rio de Janeiro, 1954. Arquiteto Flávio Marinho Rego. Fonte: BONDUKI, 1998, p. 196.



Figura 308: Edifício serpenteante do conjunto residencial Deodoro, Rio de Janeiro, 1954. Projeto do arquiteto Flávio Marinho Rego. Fonte: BONDUKI, 1998, p. 196.



Figura 309: Vista completa da fachada frontal do bloco serpenteante, o único construído do Conjunto Residencial da Gávea, 1952, projeto do arquiteto Afonso Eduardo Reidy. Fonte: BONDUKI, 1999, p. 112.

Dentre os princípios do Movimento Moderno defendidos e propalados por Kneese de Mello, a habitação adquiriu um significado distinto, especialmente a *habitação coletiva*. Entende-se que o *Edifício Japurá*, que resultou de um desenvolvimento do IAPC Cidade Jardim, foi uma proposta *moderna* de *habitação*, pois procurou solucionar o problema da moradia através da verticalização, coletivização e racionalização. Neste edifício, encontrava-se aplicada, também, a noção de habitação desenvolvida pelo arquiteto, onde a moradia é um de seus elementos. A habitação passa a ser entendida como um complexo onde se desenvolve a vida urbana, em que a casa é apenas um dos elementos.

Então o conceito de habitação estava bem próximo. Nós entendemos que habitação não é casa, casa é um dos elementos da habitação. Se você não tem acesso ao trabalho, à escola, à saúde, não é habitação, é apenas um abrigo, não é uma habitação. Então lá eu procurei dar o sentido de habitação, o mais completo possível dentro de uma cidade, porque o acesso ao trabalho lá é fácil porque as ruas estão cheias de transporte, o acesso ao lazer também, mas as coisas íntimas, em volta da casa eu procurei pôr para que o morador, o trabalhador do centro tivesse todo o conforto possível. (*depoimento de Eduardo Kneese de Mello. In: ARQUITETO, s/d. Cf. Anexo 4*).

Neste conjunto residencial, o arquiteto Eduardo Kneese de Mello utilizou, como elementos de composição do projeto, os princípios básicos do Movimento Moderno tais como pilotis, terraço-jardim, serviços acoplados à habitação e janelas horizontais. Esses elementos são significativos, pois indicam claramente as *transposições* dos modelos modernos ou corbusierianos.

Assim, projetado em 1945, o conjunto residencial da rua Japurá instalou no Brasil os conceitos modernos da *Unidade de Habitação*, conceito este que começou a ser

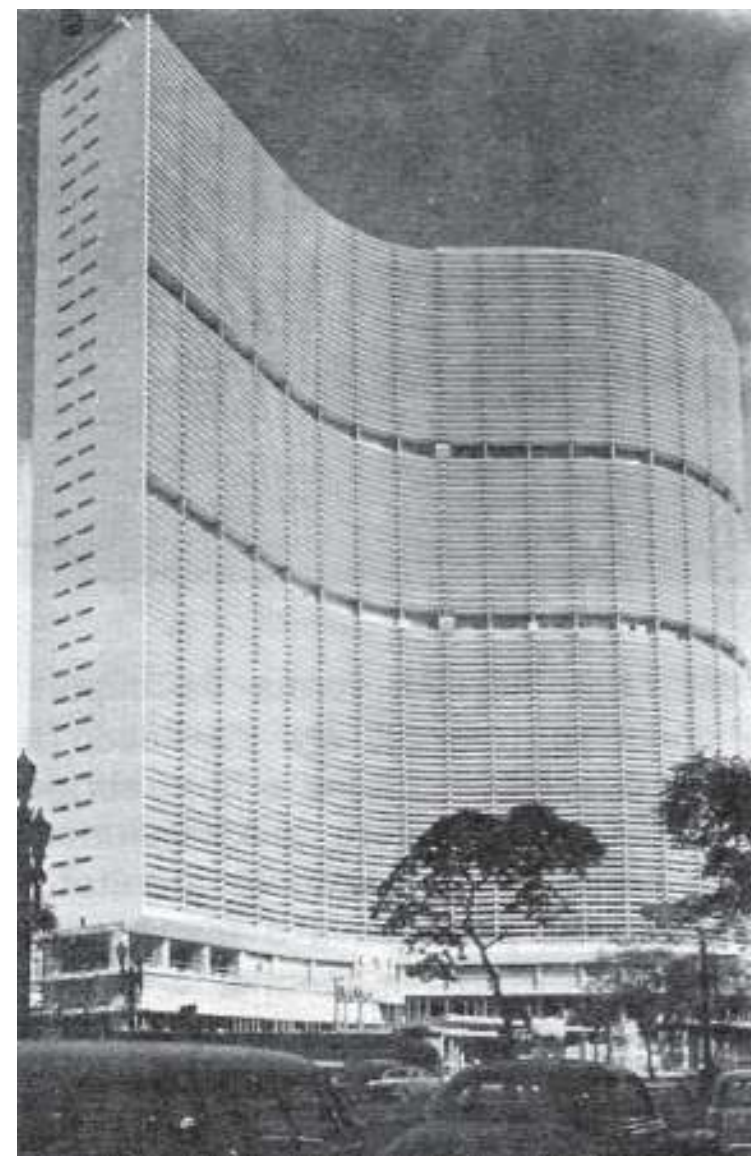


Figura 310: Edifício Copan, São Paulo, 1951. Arquiteto Oscar Niemeyer.
Fonte: XAVIER, LEMOS, 1983, p. 28.

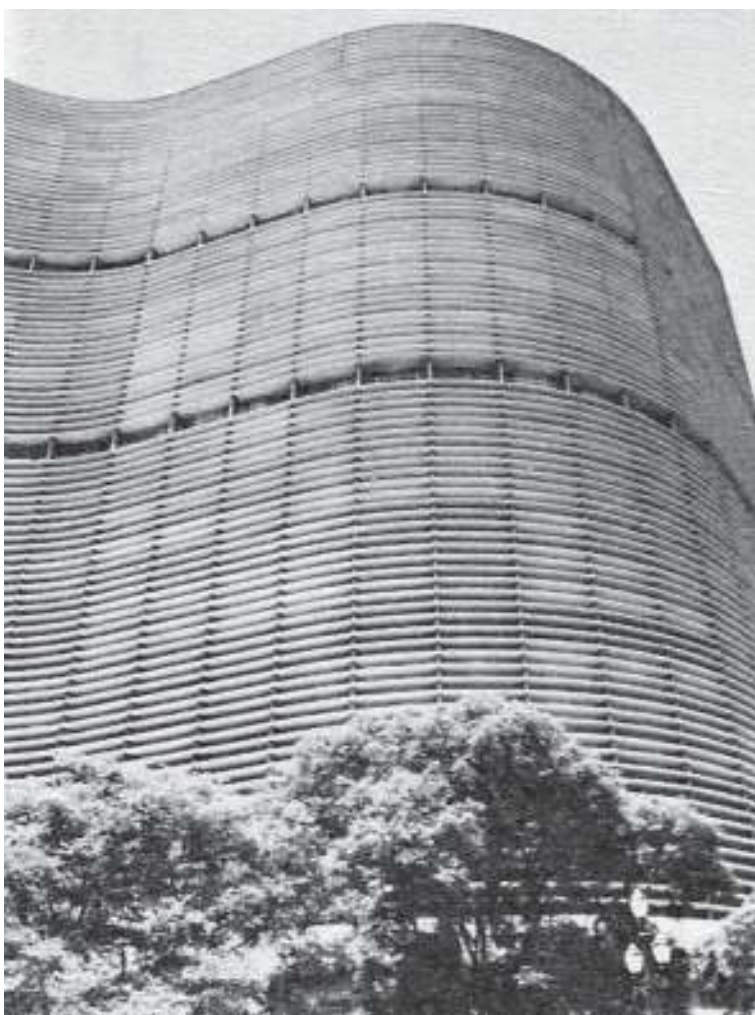


Figura 311: Detalhe dos brises da fachada do edifício Copan, São Paulo, 1951. Arquiteto Oscar Niemeyer. Fonte: XAVIER, LEMOS, 1983, p. 28.



Figura 312: Edifício Nações Unidas, São Paulo, 1953. Arquiteto Abelardo de Souza. Fonte: Acrópole, 1954, nº. 184, p. 174.

defendido por Le Corbusier nos anos de 1920, mas que somente foi concretizado em obra com a construção da Unidade de Habitação de Marselha (1945-1952).

Os princípios da Unidade de Habitação continuaram sendo desenvolvidos em outras importantes obras, no entanto, com significativas adaptações à realidade brasileira, como o *Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho* (arq. Affonso Eduardo Reidy, 1946), *Conjunto Residencial Marquês de São Vicente – Gávea* (arq. Affonso Eduardo Reidy, 1952) e *Conjunto Residencial Deodoro* (arq. Flávio Marinho Rego, 1954) no Rio de Janeiro e os edifícios *Copan* (arq. Oscar Niemeyer, 1951) e *Nações Unidas* (arq. Abelardo de Souza, 1953) na cidade de São Paulo, entre outros.



Figura 313: Vista aérea do edifício Nações Unidas, São Paulo, 1953. Arquiteto Abelardo de Souza. Fonte: Acrópole, 1954, nº. 184, p. 174.

4.4 Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa

Nome atual:	Edifícios Guapira e Hicatu
Proprietário:	Banco Hipotecário Lar Brasileiro
Arquiteto:	Eduardo Kneese de Mello
Ano:	1952 (projeto); 1953 (construção)
Endereço:	Rua José de Queirós Aranha, 155 e 185, Jardim Ana Rosa – São Paulo
Referências:	Acrópole, n° 182, p. 74--75. 1953. BARBARA, Fernanda. Duas tipologias habitacionais: o Conjunto Ana Rosa e o Edifício Copan. Contexto e análise de dois projetos realizados em São Paulo na década de 1950. São Paulo: FAU USP. Dissertação de mestrado, 2004. REGINO, Aline Nasralla. COM ENTUSIASMO. A vida e obra de Eduardo Kneese de Mello. São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Trabalho final de graduação, 2002. REGINO, Aline Nassaralla; SANTOS, Ademir Pereira dos; et. al. Arquitetura atribuição do arquiteto. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005. ROSALES, Mario A. Figueroa. Habitação coletiva em São Paulo 1928>1972. São Paulo: Univ. de São Paulo. Tese de doutorado, 2002. SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (organização). A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna, 1930 – 1964. São Carlos: RiMa Editora, 2002. SILVA, Elaine Pereira da. Eduardo Kneese de Mello e o Edifício Japurá. São Carlos: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos – departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado, 2003. THOMAZ, Dalva. Eduardo Kneese de Mello – documento. Revista AU. São Paulo: n°45, dezembro 1992 / janeiro 1993, p. 80-88.



Figura 314: Mapa de localização, sem escala.
Fonte: GEGRAN, 1973.

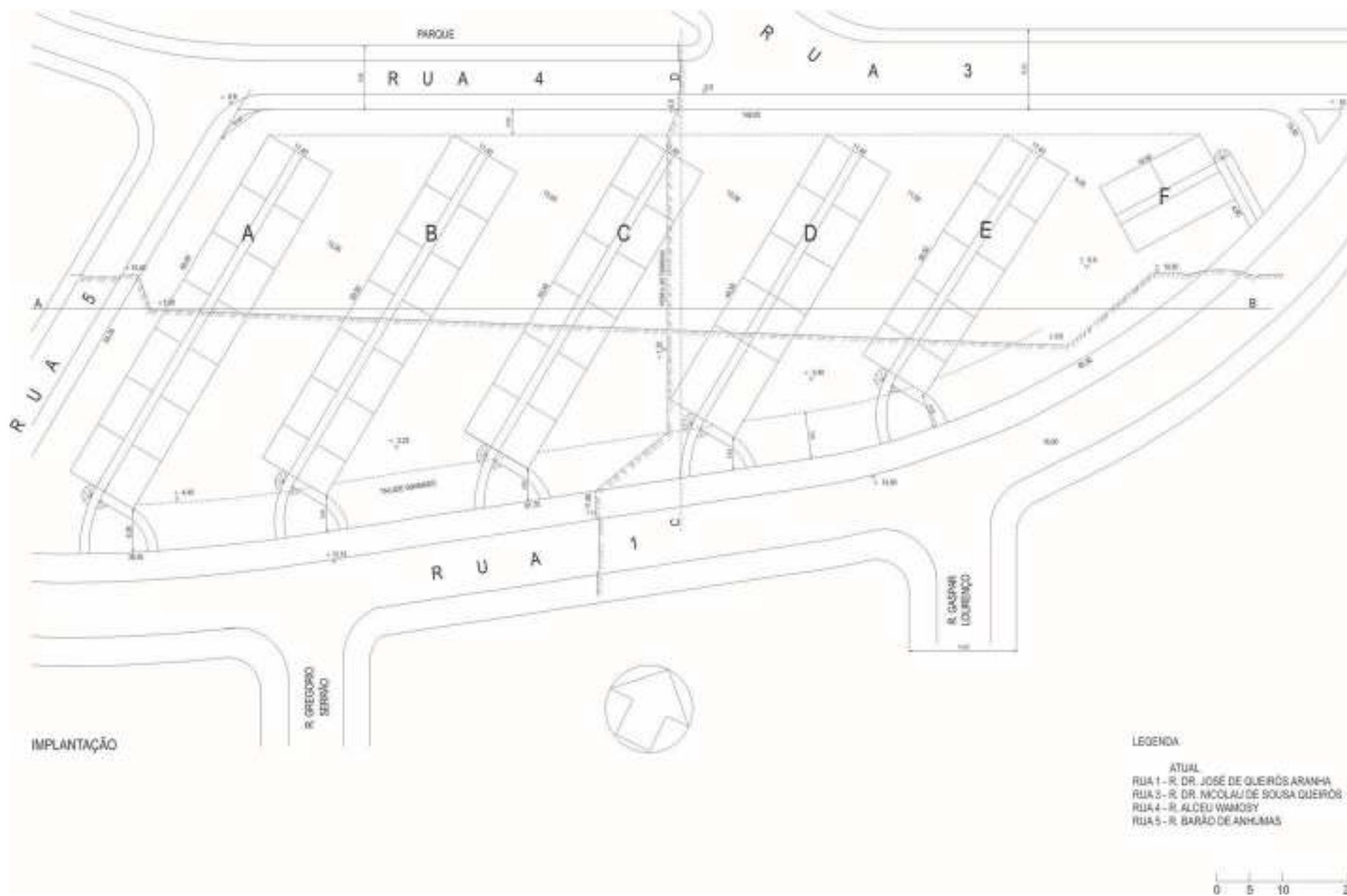


Figura 315: Implantação do projeto original de 1952.
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 155.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

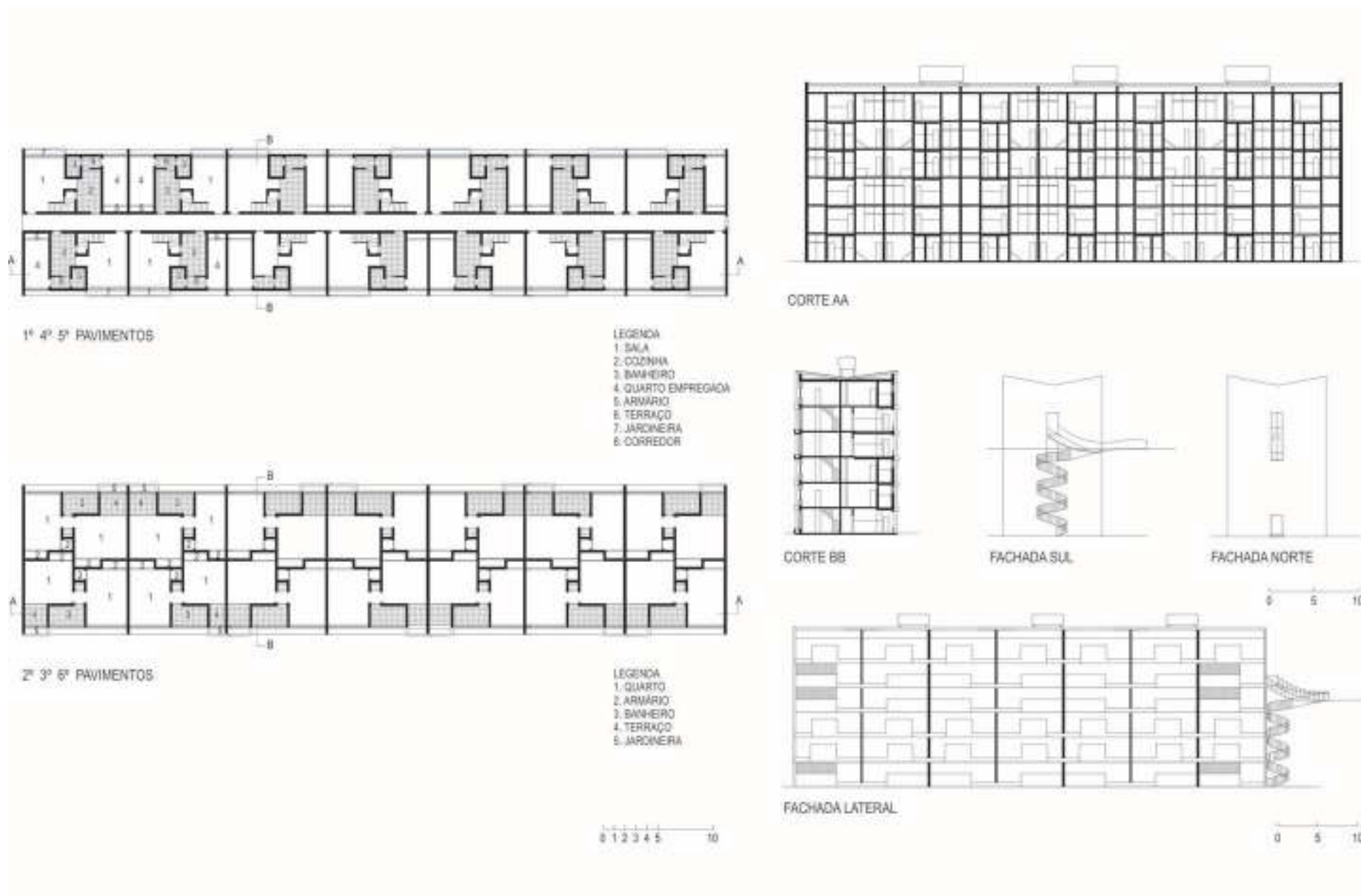


Figura 316: Projeto do edifício "A".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 156 e 157.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

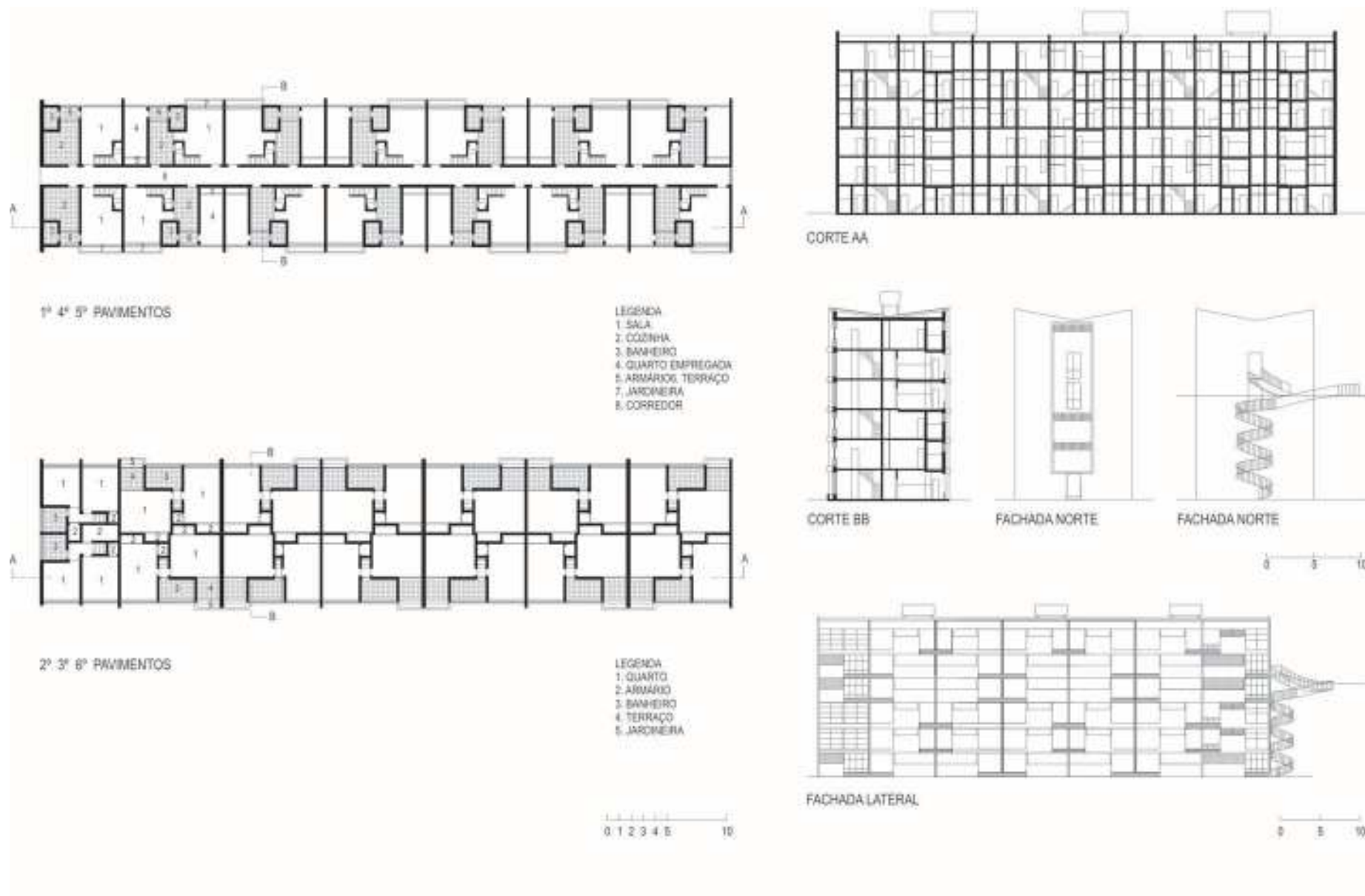


Figura 317: Projeto do edifício "B".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 160 e 161.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

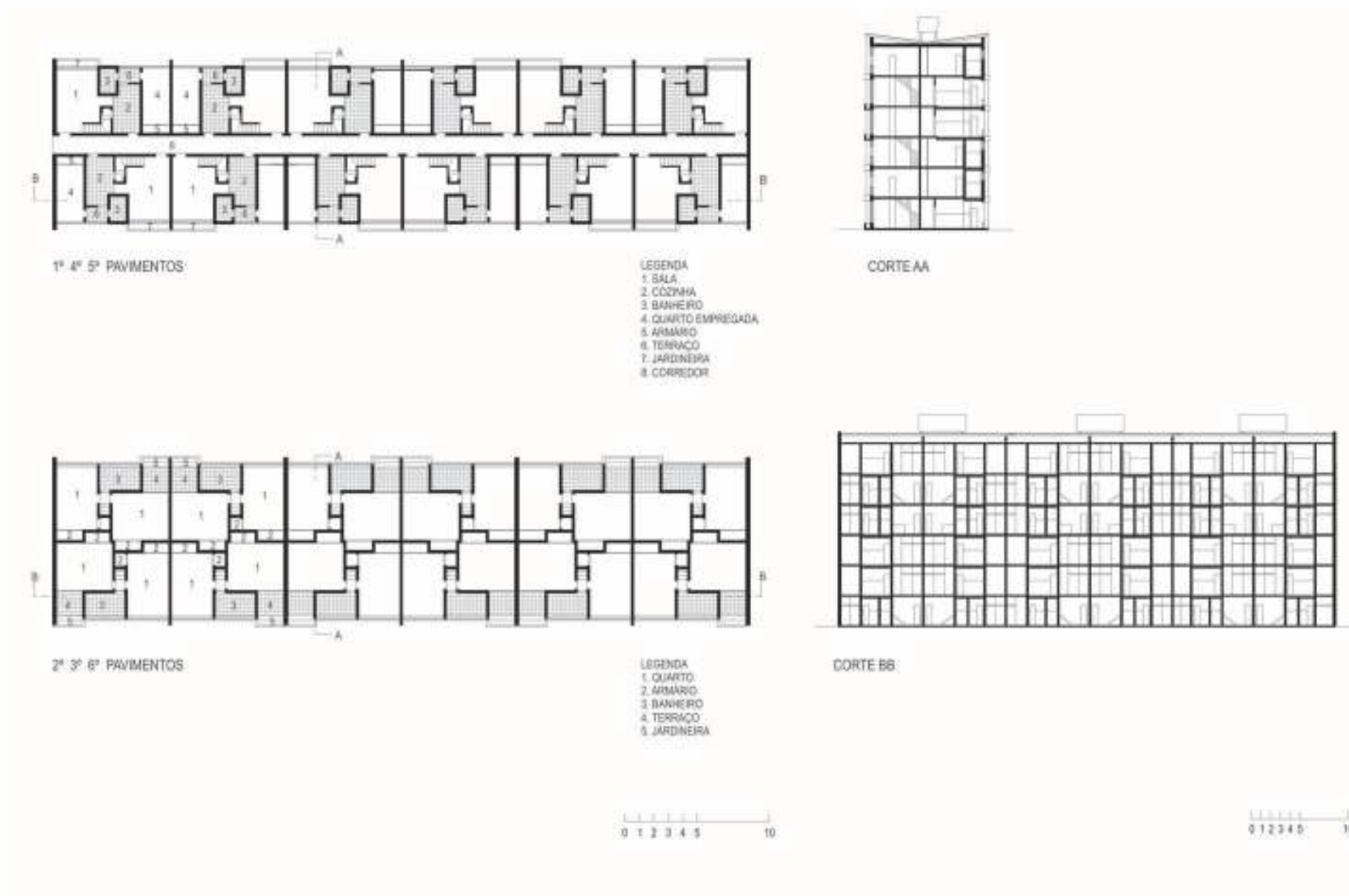


Figura 318: Projeto do edifício "C".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 166.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

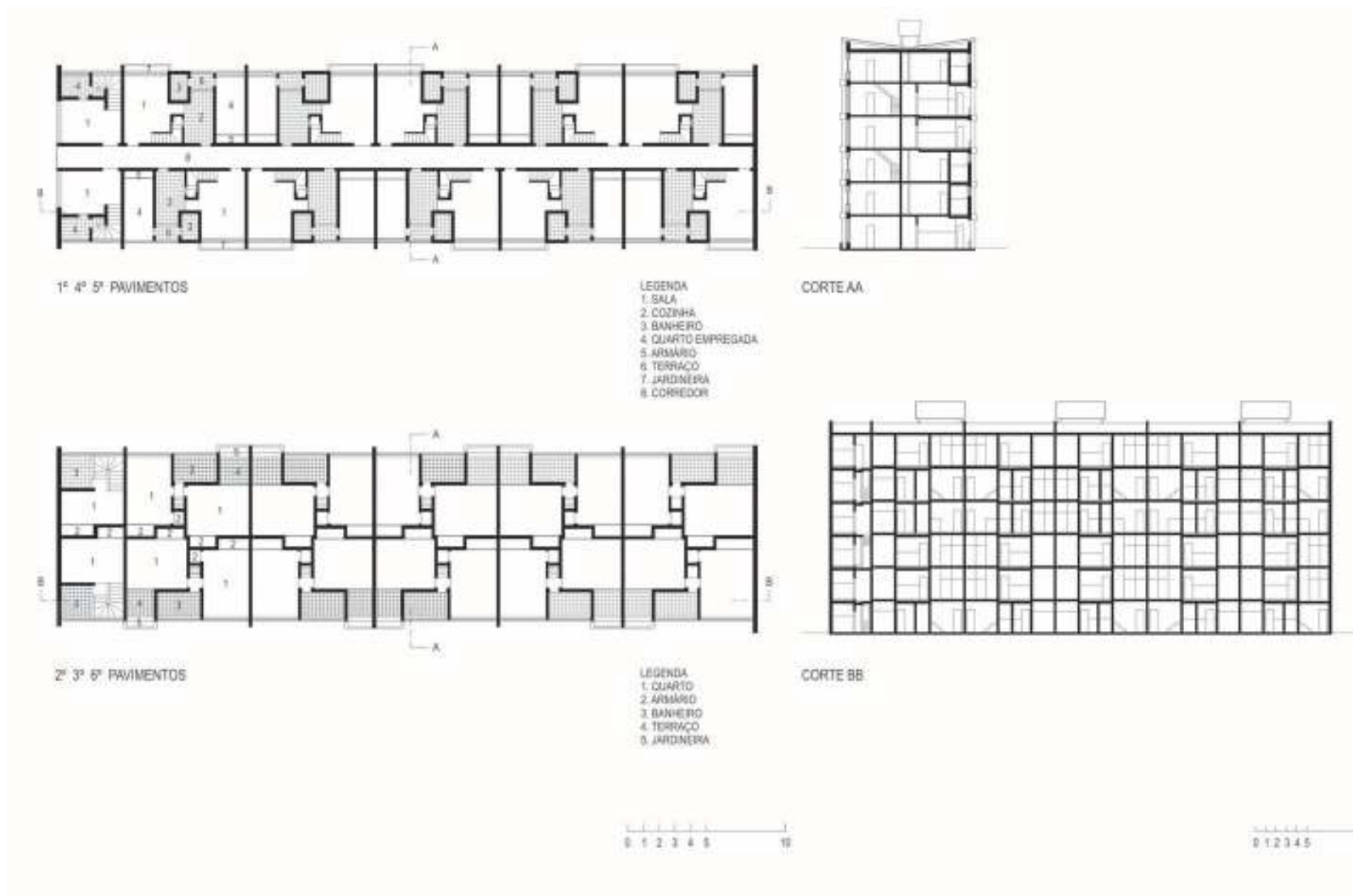


Figura 319: Projeto do edifício "D".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 167.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

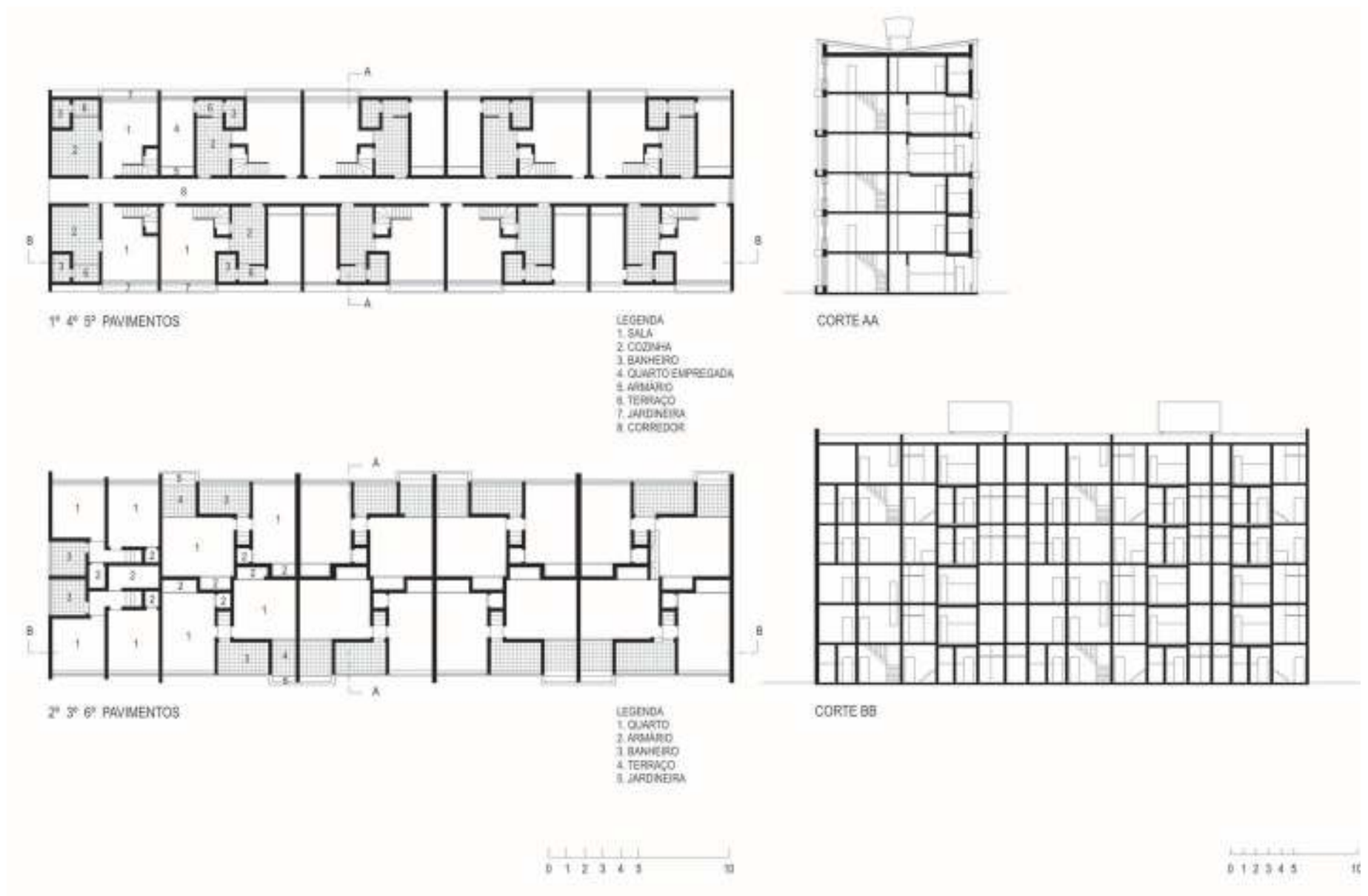


Figura 320: Projeto do edifício "E".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 168.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

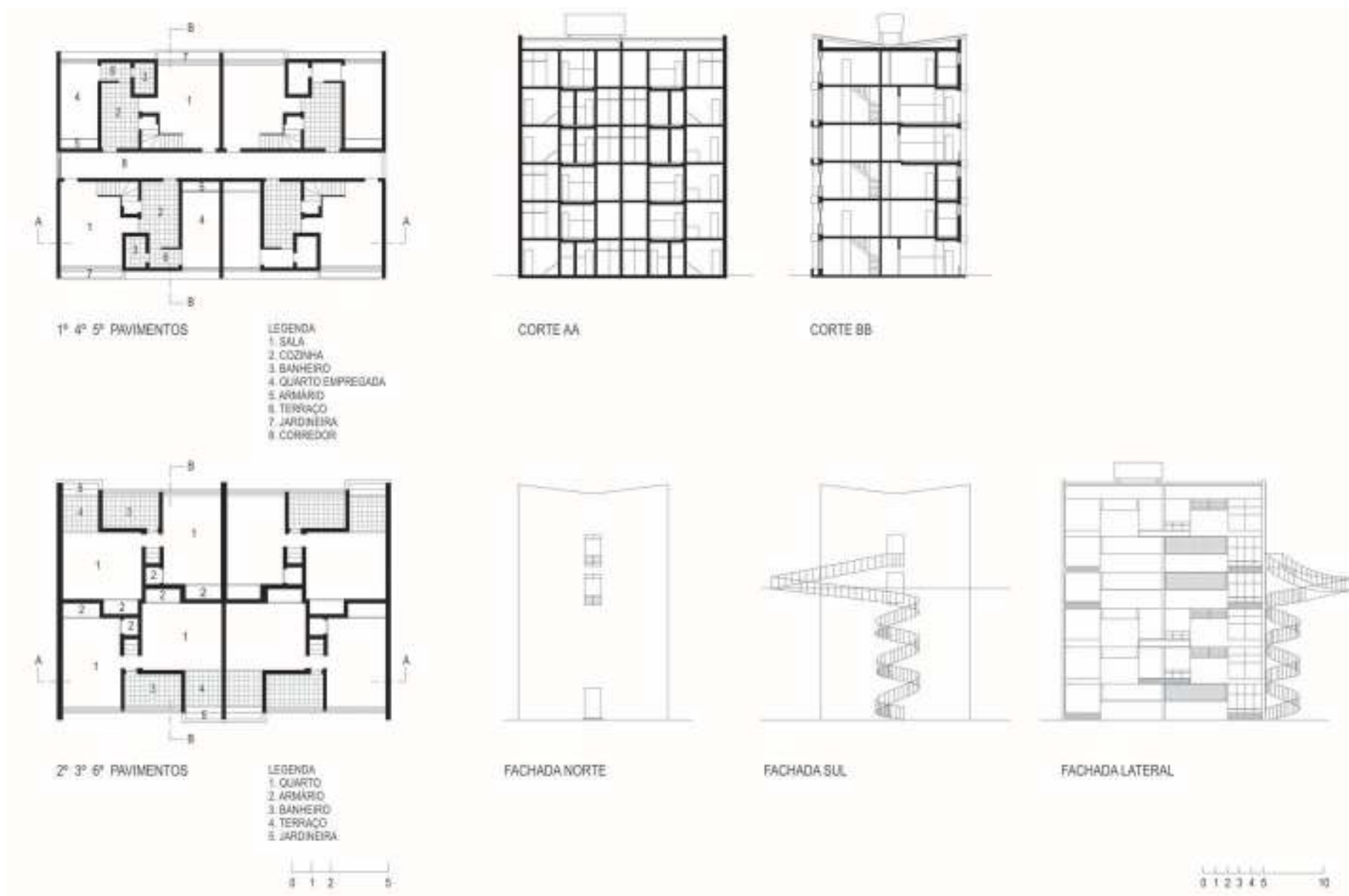


Figura 321: Projeto do edifício "F".
 Fonte: BARBARA, 2004, p. 169.
 Redesenho: Evie Cristine Meyer.

O Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa, empreendimento imobiliário privado de grandes proporções, foi promovido pelo Banco Hipotecário Lar Brasileiro, para a pequena burguesia paulistana no início da década de 1950. A primeira versão do projeto compreendia um edifício de uso misto (residencial e comércio), residências isoladas e casas geminadas. Todos esses projetos eram de autoria de arquitetos conceituados, como Abelardo de Souza, Salvador Candia, Plínio Croce, Roberto Aflalo e Walter Saraiva Kneese. Contudo, conforme visto no capítulo anterior, o projeto sofreu duas grandes alterações: a primeira em 1951, com a inserção de seis edifícios residenciais projetados por Eduardo Kneese de Mello na quadra de maior extensão, e a segunda em 1954, a última versão, onde é definida a substituição de quatro edifícios projetados por Kneese de Mello por duas novas lâminas, projetadas pelo arquiteto Salvador Candia.

Será analisado o projeto desenvolvido por Eduardo Kneese de Mello de 1952 onde a quadra do Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa, foi trabalhada como um todo, prevendo a construção de 198 unidades habitacionais. Não será considerada a última alteração, realizada em 1954, quando o número de unidades habitacionais foi reduzido a 42, devido à implantação do supracitado projeto de Salvador Candia.

O projeto partiu da compreensão das características do terreno em que seriam implantados os edifícios. Em formato triangular, a quadra delimitava-se pelas ruas Alceu Wamosi, Barão Anhuma e Dr. José de Queiroz Aranha. O terreno apresentava um desnível de cerca de dez metros entre as ruas Alceu Wamosi e Dr. José de Queiroz Aranha. Através dos croquis do arquiteto, percebe-se que a topografia e orientação foram determinantes na escolha do partido (figura 322).

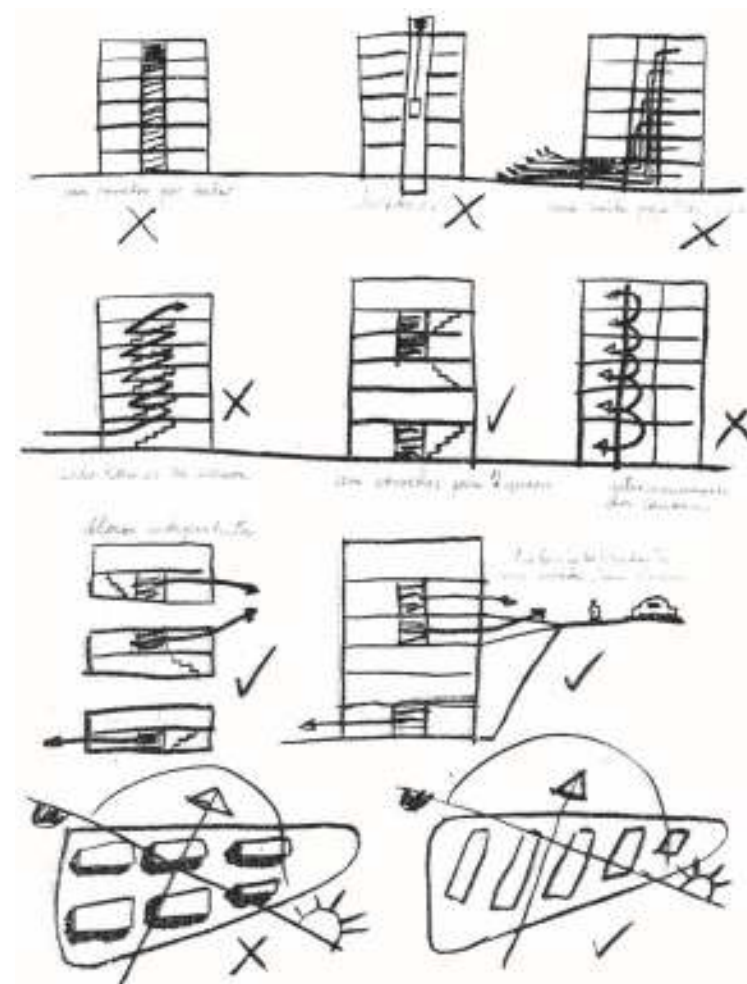


Figura 322: Croqui explicativo do arquiteto para implantação dos edifícios do Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa. Mostra-se inicialmente a solução incorreta, que foram descartadas, até chegar na solução ideal, aquela que foi adotada. Fonte: Acrópole, 1953, nº. 182, p. 75.



Figura 323: Perspectiva dos edifícios utilizada como imagem publicitária do empreendimento.
Fonte: SAMPAIO, 2002, p. 276.



Figura 324: Croqui do arquiteto Kneese de Mello com os seis edifícios a serem construídos conforme projeto. Fonte: Acrópole, 1953, nº. 182, p. 74.

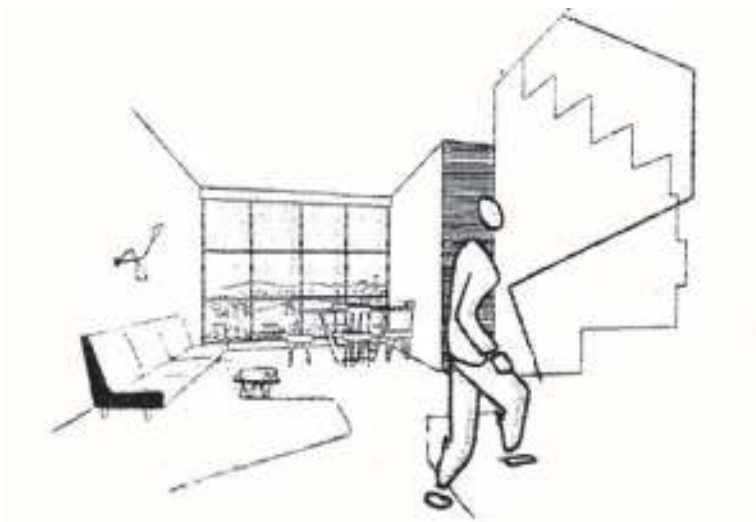


Figura 325: Perspectiva do living – croqui do arquiteto.
Fonte: Acrópole, 1953, nº. 182, p. 74.

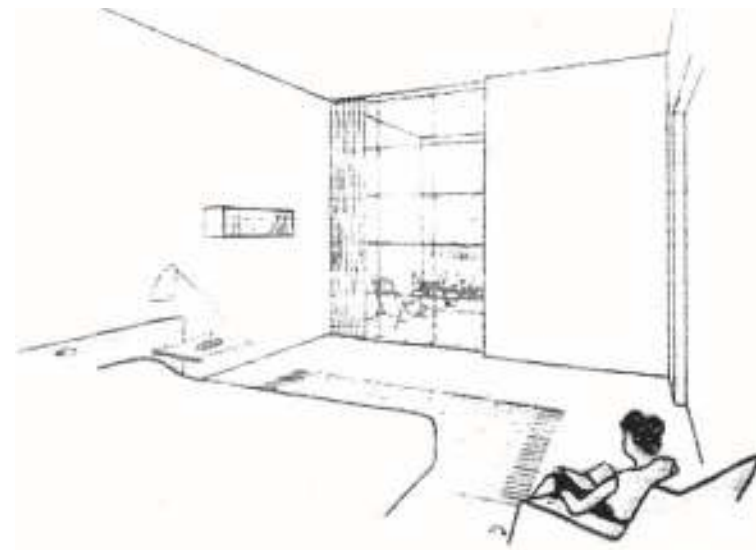


Figura 326: Perspectiva do dormitório principal – croqui do arquiteto.
Fonte: Acrópole, 1953, nº. 182, p. 74.

A opção do arquiteto por apartamento duplex, como já utilizado nos Conjuntos Residenciais do IAPI Japurá e IAPC Cidade Jardim, visava conciliar a economia na construção, a racionalização e à minimização dos espaços de uso comum. Essa escolha reduziria a metragem ocupada pela circulação horizontal, pois os seis pavimentos previstos necessitariam de, apenas, três níveis de acesso. A solução adotada aproveitou o desnível existente; portanto, da via de cota mais alta, a rua Dr. José de Queiroz Aranha, poderiam ser acessados, descendo ou subindo meio nível, os dois níveis superiores de apartamentos. O acesso aos apartamentos do nível inferior era feito diretamente pela rua Alceu Wamosi. Sem necessitar de escada ou elevador; os meios níveis eram vencidos por rampas que cruzavam, suspensas, o jardim do nível térreo (figura 327, 328 e 329). Esses eram, portanto, importantes fatores de economia da construção.

Os edifícios encontravam-se implantados, diagonalmente, em cinco lâminas paralelas à linha norte / sul, visando boa insolação em todos os cômodos. Outro pequeno edifício, de dimensões menores, foi projetado na extremidade do terreno, na confluência das ruas Wamosy e Dr. José de Queiroz Aranha. Entre os edifícios, o arquiteto projetou um amplo recuo livre, na cota do terreno, com um grande talude para realizar a concordância com o nível da rua superior. O pavimento térreo foi concebido como um amplo jardim, com pouquíssima área pavimentada. Seu acesso realizava-se por escadas circulares que ligava o térreo às rampas de acesso de cada um dos pavimentos.

Nota-se, entretanto, que os fatores de economia apontados acima, referentes à circulação horizontal, em função da implantação das lâminas (quase perpendiculares às ruas de acesso), fizeram com que houvesse um único ponto de acesso. Tal solução gerou um longo corredor que precisava ser integralmente percorrido pelo morador do último apartamento (BARBARA, 2004).



Figura 327: Fachada lateral e principal do edifício Hicatu.
Fonte: THOMAZ, 1992/ 1993, p. 87.



Figura 328: Acesso principal do edifício Hicatu e fachada lateral.
Fonte: acervo FAU USP.



Figura 329: Escada externa de acesso aos demais pavimentos do edifício Hicatu.
Fonte: acervo FAU USP.

Cada pavimento era composto por catorze unidades habitacionais que se distribuíam ao longo do corredor central. Internamente, a organização espacial dos apartamentos duplex se dava da seguinte maneira: sala, cozinha, lavanderia, quarto e sanitário de serviço, no pavimento de acesso; um banheiro, dois dormitórios e, ainda, uma pequena varanda no pavimento superior. Os dois pavimentos, entretanto, estavam voltados para a mesma fachada, ou seja, era uma planta duplex que não utilizava uma configuração muito empregada por arquitetos ligados ao Movimento Moderno, em que o pavimento contrário ao de acesso, não tendo corredor de circulação, estendia-se para as duas fachadas, possibilitando ventilação cruzada e insolação no apartamento em diferentes períodos do dia. Além da própria experiência do arquiteto em usar esse modelo, os paradigmas desse tipo de solução eram as *Unidades de Habitação* projetadas por Le Corbusier (figuras 332 e 333); e, no Brasil, os apartamentos de dois dormitórios desenvolvidos para o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, projeto do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, 1946 (figuras 334 e 335).

As fachadas laterais dos edifícios eram marcadas pela presença de elementos vazados, utilizados como fechamento das áreas de lavanderia, banheiro e quarto de serviços. Nota-se, também, o uso de caixilhos plenos na sala e da janela contrapesada nos dormitórios, distinguindo os ambientes. As fachadas principal e posterior eram caracterizadas por um telhado em forma de asa de borboleta, solução, também, adotada por Abelardo de Souza para o projeto que desenvolveu no Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa, Edifício Rodrigues Alves, 1951 (figura 331).

Os seis edifícios projetados por Eduardo Kneese de Mello eram iguais, gerando padronização e racionalização. Havia, somente, uma pequena variação na dimensão dos mesmos, em função do formato triangular da quadra em que estavam implantados.



Figura 330: achada lateral e principal do edifício Guapira.
Fonte: THOMAZ, 1992/ 1993, p. 87.

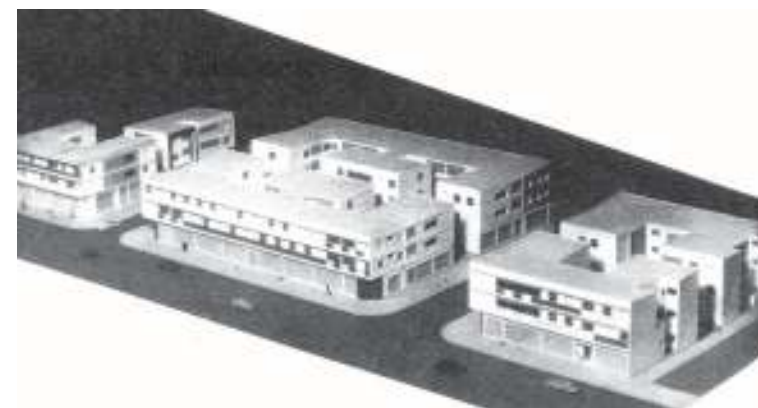


Figura 331: Edifício Rodrigues Alves, 1951. Arquiteto Abelardo de Souza.
Fonte: Acrópole, 1951, nº. 158, p. 58.



Figura 332: Unidade de Habitação em Briey-en-Forêt, França, 1957. Arquiteto Le Corbusier.
Fonte: BOESIGER, 1998, p. 198.



Figura 333: Unidade de Habitação em Berlim (Colina Olímpica, Charlottenburg), 1957. Arquiteto Le Corbusier.
Fonte: BOESIGER, 1998, p. 199.

Pode-se entender que, nesta obra, a privacidade, economia e qualidade das soluções adotadas, metas sempre perseguidas em seus projetos, expressavam-se de uma maneira eloqüente. O arquiteto conseguiu aliar economia à qualidade, um dos preceitos compartilhados por um grupo de arquitetos, defendido e sistematizado no I Congresso Brasileiro de Arquitetos (1945), no qual Eduardo Kneese de Mello teve participação importante. A finalidade do congresso foi estudar a função social dos arquitetos em problemas cujas soluções interessavam ao bem estar das coletividades. Os temas da construção das *casas populares* e organização das coletividades humanas foram destacados. Como paradigma de solução ideal, foram evidenciados os princípios do Movimento Moderno e referências ao IV CIAM (Atenas, 1933).

A noção de habitação como um conjunto de funções (moradia, lazer, comércio, etc.) que vinha sendo desenvolvida pelo arquiteto em seus projetos anteriores não comparece no Conjunto Residencial Jardim Ana Rosa. Assim, não existem, como no projeto para o IAPC Cidade Jardim e IAPI Japurá, serviços e equipamentos coletivos como extensão da habitação. Os espaços coletivos nesse projeto eram os recuos entre os edifícios, tratados como espaços destinados ao lazer, com grandes áreas ajardinadas. Não estava evidenciada uma preocupação social, talvez pelo fato de ter sido projetado para a pequena burguesia paulistana e por ser um empreendimento comercializado por uma instituição privada, o Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Entretanto, existia uma grande preocupação com o conforto e salubridade dos usuários.

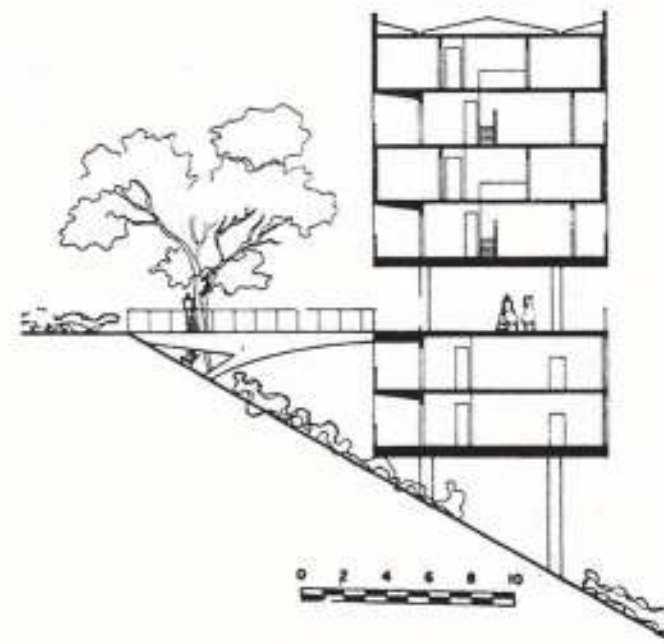


Figura 334: Corte esquemático das unidades habitacionais do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, Rio de Janeiro, 1946. Arquiteto Affonso Eduardo Reidy.
Fonte: XAVIER, BRITTO, NOBRE, 1991, p. 27.



Figura 335: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, Rio de Janeiro, 1946. Arquiteto Affonso Eduardo Reidy.
Fonte: XAVIER, BRITTO, NOBRE, 1991, p. 27.